



Câmara Municipal de Guaratuba

CÂMARA MUNICIPAL DE GUARATUBA PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90002/2026 - COMPRASGOV (PREGÃO ELETRÔNICO Nº 03/2026)

Torna-se público que a Câmara Municipal de Guaratuba, Estado do Paraná, por meio da Diretoria de Licitação e Compras, realizará Pregão Eletrônico, com critério de julgamento menor preço, na forma dos artigos 17 e 29 da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e demais normas correlatas aplicáveis.

Contratante: Câmara Municipal de Guaratuba

CNPJ: 78.177.771/0001-46

UASG: 928487

Objeto: Serviços de cabeamento estruturado e criação de redes de computadores, com assistência técnica integral, e com fornecimento de equipamentos

Valor máximo da contratação: R\$ 168.000,12 (cento e sessenta e oito mil reais e doze centavos).

Data da sessão: 10/06/2026 - 14:00 horas (horário de Brasília)

Data fim de recebimento de propostas: 10/06/2026 - 13:59 horas (horário de Brasília)

Formalização de Consultas: licitacao@camaraguaratuba.pr.gov.br, telefone: (41) 3442-8022.

Link: Portal Compras do Governo Federal (<https://www.gov.br/compras/pt-br>)

Critério de julgamento: Menor preço por item

Método de disputa: Aberta



Câmara Municipal de Guaratuba

EDITAL

CÂMARA MUNICIPAL DE GUARATUBA

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 03/2026

Torna-se público que a Câmara Municipal de Guaratuba, por meio da Diretoria de Licitação, Compras e Patrimônio, sediada à Rua Cel. Carlos Mafra, 494, Centro, Guaratuba/PR, realizará licitação na modalidade PREGÃO ELETRÔNICO, nos termos da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, do Decreto nº 11.462, de 31 de março de 2023, e demais legislação aplicável e, ainda, de acordo com as condições estabelecidas neste Edital.

1. DO OBJETO

1.1. O objeto da presente licitação é a contratação de empresa especializada para realizar serviço de cabeamento estruturado e criação de redes de computadores, com assistência técnica integral, e com fornecimento de equipamentos, para atender as necessidades de tecnologia da informação da Câmara Municipal de Guaratuba, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital, Termo de Referência e todos os anexos que instruem o processo.

1.2. A contratação abrange integralmente os serviços de mão-de-obra especializada no cabeamento estruturado e criação de redes de computadores, a fornecimento de assistência técnica integral durante todo o período de vigência do contrato, bem como a cessão de todos os materiais e equipamentos necessários à fiel execução do objeto.

2. DO ATESTADO DE CAPACIDADE TÉCNICA

2.1. A licitante deverá apresentar, oportunamente, no mínimo 1 (um) Atestado de Capacidade Técnica emitido por contratante pessoa jurídica de direito público ou privado, que comprovem que a licitante tenha executado e/ou prestado serviços e cumprido integralmente as suas obrigações junto à administração pública direta ou indireta, federal, estadual, municipal ou do Distrito Federal, ou ainda, para empresas privadas, serviços de características semelhantes e compatíveis com o objeto desta licitação.

3. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO

3.1. Poderão participar deste certame os interessados previamente credenciados no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF e no Sistema de Compras do Governo Federal (www.gov.br/compras).

3.2. Os interessados deverão atender às condições exigidas no cadastramento no SICAF até o terceiro dia útil anterior à data prevista para recebimento das propostas.

3.3. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras



Câmara Municipal de Guaratuba

suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

3.4. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais nos Sistemas relacionados no item anterior e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

3.5. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

3.6. Não poderão disputar esta licitação:

3.6.1. Aquele que não atenda às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);

3.6.2. Sociedade que desempenhe atividade incompatível com o objeto da licitação;

3.6.3. Sociedades cooperativas;

3.6.4. Empresas estrangeiras que não tenham representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativa ou judicialmente;

3.6.5. Autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;

3.6.6. Empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;

3.6.7. Pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;

3.6.8. Aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

3.6.9. Empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;

3.6.10. Pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;



Câmara Municipal de Guaratuba

3.6.11. Pessoas jurídicas reunidas em consórcio;

3.6.12. Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição;

3.7. Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme § 1º do art. 9º da Lei nº 14.133, de 2021.

3.8. O impedimento de que trata o item 3.6.7 será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.

3.9. A critério da Administração e exclusivamente a seu serviço, o autor dos projetos e a empresa a que se referem os itens 3.6.5 e 3.6.6 poderão participar no apoio das atividades de planejamento da contratação, de execução da licitação ou de gestão do contrato, desde que sob supervisão exclusiva de agentes públicos do órgão ou entidade.

3.10. Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico.

3.11. O disposto nos itens 3.6.5 e 3.6.6 não impede a licitação ou a contratação de serviço que inclua como encargo do contratado a elaboração do projeto básico e do projeto executivo, nas contratações integradas, e do projeto executivo, nos demais regimes de execução.

3.12. Em licitações e contratações realizadas no âmbito de projetos e programas parcialmente financiados por agência oficial de cooperação estrangeira ou por organismo financeiro internacional com recursos do financiamento ou da contrapartida nacional, não poderá participar pessoa física ou jurídica que integre o rol de pessoas sancionadas por essas entidades ou que seja declarada inidônea nos termos da Lei nº 14.133, de 2021.

3.13. A vedação de que trata o item 3.7 estende-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.

4. DO ORÇAMENTO ESTIMADO

4.1. O orçamento estimado da presente contratação não será de caráter sigiloso.

4.2. O valor global máximo para a contratação é, conforme Termo de Referência, de:

4.2.1. Mensal: **R\$ 4.666,67** (quatro mil seiscentos e sessenta e seis reais e sessenta e sete centavos).

4.2.2. Anual: **R\$ 56.000,04** (cinquenta e seis mil reais e quatro centavos).



Câmara Municipal de Guaratuba

4.2.3. Trienal: R\$ 168.000,12 (cento e sessenta e oito mil reais e doze centavos).

5. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

5.1. Na presente licitação, a fase de habilitação sucederá as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento.

5.2. Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, a proposta com o preço, conforme o critério de julgamento adotado neste Edital, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública.

5.3. Caso a fase de habilitação anteceda as fases de apresentação de propostas e lances, os licitantes encaminharão, na forma e no prazo estabelecidos no item anterior, simultaneamente os documentos de habilitação e a proposta com o preço.

5.4. No cadastramento da proposta inicial, o licitante declarará, em campo próprio do sistema, que:

5.4.1. Está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;

5.4.2. Não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição;

5.4.3. Não possui empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;

5.4.4. Cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

5.5. O licitante organizado em cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021.

5.6. O fornecedor enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49, observado o disposto nos §§ 1º ao 3º do art. 4º, da Lei nº 14.133, de 2021.

5.6.1. Em havendo item(ns) exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” impedirá o prosseguimento no certame, para aquele item;



Câmara Municipal de Guaratuba

5.6.2. Em havendo item(ns) em que a participação não for exclusiva para microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na Lei Complementar nº 123, de 2006, mesmo que microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa.

5.7. Não poderá se beneficiar do tratamento jurídico diferenciado estabelecido nos arts. 42 a 49 da Lei Complementar nº 123, de 2006, a pessoa jurídica:

5.7.1. De cujo capital participe outra pessoa jurídica;

5.7.2. Que seja filial, sucursal, agência ou representação, no país, de pessoa jurídica com sede no exterior;

5.7.3. De cujo capital participe pessoa física que seja inscrita como empresário ou seja sócia de outra empresa que receba tratamento jurídico diferenciado nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, desde que a receita bruta global ultrapasse o limite de que trata o inciso II do art. 3º da referida lei;

5.7.4. Cujos titular ou sócio participe com mais de 10% (dez por cento) do capital de outra empresa não beneficiada pela Lei Complementar nº 123, de 2006, desde que a receita bruta global ultrapasse o limite de que trata o inciso II do art. 3º da referida lei;

5.7.5. Cujos sócio ou titular seja administrador ou equiparado de outra pessoa jurídica com fins lucrativos, desde que a receita bruta global ultrapasse o limite de que trata o inciso II do art. 3º da referida lei;

5.7.6. Constituída sob a forma de cooperativas, salvo as de consumo;

5.7.7. Que participe do capital de outra pessoa jurídica;

5.7.8. Que exerça atividade de banco comercial, de investimentos e de desenvolvimento, de caixa econômica, de sociedade de crédito, financiamento e investimento ou de crédito imobiliário, de corretora ou de distribuidora de títulos, valores mobiliários e câmbio, de empresa de arrendamento mercantil, de seguros privados e de capitalização ou de previdência complementar;

5.7.9. Resultante ou remanescente de cisão ou qualquer outra forma de desmembramento de pessoa jurídica que tenha ocorrido em um dos 5 (cinco) anos-calendário anteriores;

5.7.10. Constituída sob a forma de sociedade por ações.

5.7.11. Cujos titulares ou sócios guardem, cumulativamente, com o contratante do serviço, relação de pessoalidade, subordinação e habitualidade.

5.9. A falsidade da declaração de que trata o item 5.4 sujeitará o licitante às sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e neste Edital.

5.10. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou, na hipótese de a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

5.11. Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta e dos documentos de habilitação pelo licitante, o que ocorrerá



Câmara Municipal de Guaratuba

somente após os procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de envio de lances.

5.12. Serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem a proposta dos licitantes convocados para apresentação de propostas, após a fase de envio de lances.

5.13. Desde que disponibilizada a funcionalidade no sistema, o licitante poderá parametrizar o seu valor final mínimo ou o seu percentual de desconto máximo quando do cadastramento da proposta e obedecerá às seguintes regras:

5.13.1. A aplicação do intervalo mínimo de diferença de valores, que será de **R\$ 10,00 (dez reais) no valor mensal do serviço**, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta; e

5.13.2. Os lances serão de envio automático pelo sistema, respeitado o valor final mínimo, caso estabelecido, e o intervalo de que trata o subitem acima.

5.14. O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado no sistema poderá ser alterado pelo fornecedor durante a fase de disputa, sendo vedado:

5.14.1. Valor superior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por menor preço; e

5.14.2. Percentual de desconto inferior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por maior desconto.

5.15. O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado na forma do item 5.13 possuirá caráter sigiloso para os demais fornecedores e para o órgão ou entidade promotora da licitação, podendo ser disponibilizado estritamente aos órgãos de controle.

5.16. Caberá ao licitante interessado em participar da licitação acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.

5.17. O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.

6. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA

6.1. O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:

6.1.1. Valor global dos itens;

6.1.2. Fabricante(s) e/ou Marca(s);

6.2. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o licitante.

6.3. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, incluindo-se mão de obra e materiais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.



Câmara Municipal de Guaratuba

6.4. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

6.5. Se o regime tributário da empresa implicar o recolhimento de tributos em percentuais variáveis, a cotação adequada será a que corresponde à média dos efetivos recolhimentos da empresa nos últimos doze meses.

6.5.1. No regime de incidência não-cumulativa de PIS e COFINS, a cotação adequada será a que corresponde à média das alíquotas efetivamente recolhidas pela empresa, comprovada, a qualquer tempo, por documentos de Escrituração Fiscal Digital da Contribuição (EFD-Contribuições) para o PIS/PASEP e COFINS dos últimos 12 (doze) meses anteriores à apresentação da proposta, ou por outro meio hábil.

6.6. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

6.7. Na presente licitação, a Microempresa e a Empresa de Pequeno Porte poderão se beneficiar do regime de tributação pelo Simples Nacional.

6.8. A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.

6.9. O prazo de validade da proposta não será inferior a 36 (trinta e seis) dias, a contar da data de sua apresentação.

6.10. Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos nas normas de regência de contratações públicas federais, quando participarem de licitações públicas;

6.11. Caso o critério de julgamento seja o de menor preço, os licitantes devem respeitar os preços máximos previstos no Termo de Referência;

6.12. Caso o critério de julgamento seja o de maior desconto, o preço já decorrente da aplicação do desconto ofertado deverá respeitar os preços máximos previstos no Termo de Referência.

6.13. O descumprimento das regras supramencionadas pode ensejar a responsabilização pelo Tribunal de Contas da União e, após o devido processo legal, gerar as seguintes consequências: assinatura de prazo para a adoção das medidas necessárias ao exato cumprimento da lei, nos termos do art. 71, inciso IX, da Constituição; ou condenação dos agentes públicos responsáveis e da empresa contratada ao pagamento dos prejuízos ao erário, caso verificada a ocorrência de superfaturamento por sobrepreço na execução do contrato.



7. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES

7.1. A abertura da presente licitação dar-se-á automaticamente em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.

7.2. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou os documentos de habilitação, quando for o caso, anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

7.3. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão e os licitantes.

7.4. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

7.5. O lance deverá ser ofertado pelo valor global da contratação.

7.6. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.

7.7. O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.

7.8. O licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de quinze segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexequível.

7.9. O procedimento seguirá de acordo com o modo de disputa adotado.

7.10. Caso seja adotado para o envio de lances na licitação o modo de disputa “aberto”, os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.

7.10.1. A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.

7.10.2. A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o subitem anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.

7.10.3. Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem de classificação, sem prejuízo da aplicação da margem de preferência e do desempate ficto, conforme disposto neste edital, quando for o caso.

7.10.4. Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o Pregoeiro / Agente de Contratação / Comissão, auxiliado pela equipe de apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.

7.10.5. Após o reinício previsto no item supra, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários.



Câmara Municipal de Guaratuba

7.11. A etapa de lances da sessão pública terá duração inicial de quinze minutos. Após esse prazo, o sistema encaminhará aviso de fechamento iminente dos lances, após o que transcorrerá o período de até dez minutos, aleatoriamente determinado, findo o qual será automaticamente encerrada a recepção de lances.

7.12. Encerrado o prazo previsto no subitem anterior, o sistema abrirá oportunidade para que o autor da oferta de valor mais baixo e os das ofertas com preços até 10% (dez por cento) superiores àquela possam ofertar um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.

7.12.1. Caso o item em disputa envolva objeto abrangido por margem de preferência, o percentual referido na disposição anterior será de 20%, nos termos do § 6º do artigo 24 da Instrução Normativa SEGES/ME nº 73, de 30 de setembro de 2022, incluído pela Instrução Normativa SEGES/MGI nº 79, de 12 de setembro de 2024.

7.12.2. No procedimento de que trata o subitem supra, o licitante poderá optar por manter o seu último lance da etapa aberta, ou por ofertar melhor lance.

7.12.3. Não havendo pelo menos três ofertas nas condições definidas neste item, poderão os autores dos melhores lances subsequentes, na ordem de classificação, até o máximo de três, oferecer um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.

7.12.4. Após o término dos prazos estabelecidos nos itens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.

7.13. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.

7.14. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.

7.15. No caso de desconexão com o Pregoeiro / Agente de Contratação / Comissão, no decorrer da etapa competitiva da licitação, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.

7.16. Quando a desconexão do sistema eletrônico para o Pregoeiro / Agente de Contratação / Comissão persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.

7.17. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

7.18. Ao final da fase de lances, será aplicado o benefício da margem de preferência, nos termos do art. 26 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.19. Em relação a itens não exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, uma vez encerrada a



Câmara Municipal de Guaratuba

etapa de lances, será efetivada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial, caso a contratação não se enquadre nas vedações dos §§1º e 2º do art. 4º da Lei nº 14.133, de 2021. O sistema identificará em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006, regulamentada pelo Decreto nº 8.538, de 2015.

7.19.1. Quando houver propostas beneficiadas com as margens de preferência, apenas poderão se valer do critério de desempate previsto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que também fizerem jus às margens de preferência (art. 5º, §9º, I, do Decreto nº 8538, de 2015).

7.19.2. O parâmetro para o empate ficto, nesse caso, consistirá no preço ofertado pela fornecedora classificada em primeiro lugar em razão da aplicação da margem de preferência.

7.19.3. Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 10% (dez por cento), caso se trate de uma concorrência, ou de até 5% (cinco por cento), caso se trate de um pregão, serão consideradas empatadas com a primeira colocada.

7.19.4. A licitante mais bem classificada nos termos do subitem anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.

7.19.5. Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de até 10% (dez por cento), caso se trate de uma concorrência, ou de até 5% (cinco por cento), caso se trate de um pregão, na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.

7.19.6. No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

7.19.7. A obtenção do benefício a que se refere o item anterior fica limitada às microempresas e às empresas de pequeno porte que, no ano-calendário de realização da licitação, ainda não tenham celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte.



Câmara Municipal de Guaratuba

7.20. Só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances), ou entre lances finais da fase fechada do modo de disputa aberto e fechado.

7.21. Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021, nesta ordem:

7.21.1. Disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;

7.21.2. Avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos nesta Lei;

7.21.3. Desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, conforme regulamento;

7.21.4. Desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle.

7.22. Persistindo o empate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:

7.22.1. Empresas estabelecidas no Município de Guaratuba;

7.22.2. Empresas estabelecidas no Estado do Paraná;

7.22.3. Empresas brasileiras;

7.22.4. Empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no país;

7.22.5. Empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009.

7.23. Esgotados todos os demais critérios de desempate previstos em lei, a escolha do licitante vencedor ocorrerá por sorteio, em ato público, para o qual todos os licitantes serão convocados, vedado qualquer outro processo.

7.24. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, na hipótese da proposta do primeiro colocado permanecer acima do preço máximo, o Pregoeiro / Agente de Contratação / Comissão poderá negociar condições mais vantajosas, após definido o resultado do julgamento.

7.25. A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido pela Administração.

7.26. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

7.27. O resultado da negociação será divulgado a todos os licitantes e anexado aos autos do processo licitatório.

7.28. O Pregoeiro / Agente de Contratação / Comissão solicitará ao licitante mais bem classificado que, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos



Câmara Municipal de Guaratuba

complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.

7.29. É facultado ao Pregoeiro / Agente de Contratação / Comissão prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo.

7.30. Após a negociação do preço, o Pregoeiro / Agente de Contratação / Comissão iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

8. DA FASE DE JULGAMENTO

8.1. Encerrada a etapa de negociação, o Pregoeiro / Agente de Contratação / Comissão verificará se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no art. 14 da Lei nº 14.133, de 2021, legislação correlata e no edital, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

8.1.1. SICAF;

8.1.2. Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP, mantido pela Controladoria-Geral da União disponibilizado para consulta (<https://portal.datransparencia.gov.br/pagina-interna/603244-cnep>).

8.2. A consulta aos cadastros será realizada no nome e no CNPJ da empresa licitante.

8.2.1. A consulta no CNEP quanto às sanções previstas na Lei nº 8.429, de 1992, também ocorrerá no nome e no CPF do sócio majoritário da empresa licitante, se houver, por força do art. 12 da citada lei.

8.3. Caso conste na Consulta de Situação do licitante a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o Pregoeiro / Agente de Contratação / Comissão diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas.

8.3.1. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros.

8.3.2. O licitante será convocado para manifestação previamente a uma eventual desclassificação.

8.3.3. Constatada a existência de sanção, o licitante será reputado inabilitado, por falta de condição de participação.

8.4. Na hipótese de inversão das fases de habilitação e julgamento, caso atendidas as condições de participação, será iniciado o procedimento de habilitação.

8.5. Caso o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar tenha se utilizado de algum tratamento favorecido às ME/EPPs ou tenha se valido da aplicação da margem de preferência, o Pregoeiro / Agente de Contratação / Comissão verificará se o licitante faz jus ao benefício aplicado.

8.5.1. Caso o licitante não venha a comprovar o atendimento dos requisitos para fazer jus ao benefício da margem de preferência, as propostas serão reclassificadas, para fins de nova aplicação da margem de preferência.



Câmara Municipal de Guaratuba

8.6. Verificadas as condições de participação e de utilização do tratamento favorecido, o Pregoeiro / Agente de Contratação / Comissão examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos, observado o disposto no artigo 29 a 35 da Instrução Normativa SEGES/ME nº 73, de 30 de setembro de 2022.

8.7. Será desclassificada a proposta vencedora que:

8.7.1. Contiver vícios insanáveis;

8.7.2. Não obedecer às especificações técnicas contidas no Termo de Referência/Projeto Básico;

8.7.3. Apresentar preços inexequíveis ou permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação;

8.7.4. Não tiver sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;

8.7.5. Apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou seus anexos, desde que insanável.

8.8. No caso de bens e serviços em geral, é indício de inexequibilidade das propostas valores inferiores a 50% (cinquenta por cento) do valor orçado pela Administração.

8.9. A inexequibilidade, na hipótese de que trata o item anterior, só será considerada após diligência do Pregoeiro / Agente de Contratação / Comissão, que comprove:

8.9.1. Que o custo do licitante ultrapassa o valor da proposta; e

8.9.2. Inexistirem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta.

8.10. Nos regimes de execução por tarefa, empreitada por preço global ou empreitada integral, semi-integrada ou integrada, a caracterização do sobrepreço se dará pela superação do valor global estimado;

8.11. Se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que o licitante comprove a exequibilidade da proposta.

8.14. Caso o custo global estimado do objeto licitado tenha sido decomposto em seus respectivos custos unitários por meio de Planilha de Custos e Formação de Preços elaborada pela Administração, o licitante classificado em primeiro lugar será convocado para apresentar Planilha por ele elaborada, com os respectivos valores adequados ao valor final da sua proposta, sob pena de não aceitação da proposta.

8.14.1. Em se tratando de serviços de engenharia, o licitante vencedor será convocado a apresentar à Administração, por meio eletrônico, as planilhas com indicação dos quantitativos e dos custos unitários, bem como com detalhamento das Bonificações e Despesas Indiretas (BDI) e dos Encargos Sociais (ES), com os respectivos valores adequados ao valor final da proposta vencedora, admitida a utilização dos preços unitários, no caso de empreitada por preço global, empreitada integral, contratação semi-integrada e contratação integrada, exclusivamente para eventuais adequações



Câmara Municipal de Guaratuba

indispensáveis no cronograma físico-financeiro e para balizar excepcional aditamento posterior do contrato.

8.14.2. Caso a produtividade seja diferente daquela utilizada pela Administração como referência, ou não estiver contida na faixa referencial de produtividade, mas admitida pelo ato convocatório, o licitante deverá apresentar a respectiva comprovação de exequibilidade;

8.14.3. Os licitantes poderão apresentar produtividades diferenciadas daquela estabelecida pela Administração como referência, desde que não alterem o objeto da contratação, não contrariem dispositivos legais vigentes e, caso não estejam contidas nas faixas referenciais de produtividade, comprovem a exequibilidade da proposta.

8.14.4. Para efeito do subitem anterior, admite-se a adequação técnica da metodologia empregada pela contratada, visando assegurar a execução do objeto, desde que mantidas as condições para a justa remuneração do serviço.

8.15. Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A planilha poderá ser ajustada pelo licitante, no prazo indicado pelo sistema, desde que não haja majoração do preço e que se comprove que este é o bastante para arcar com todos os custos da contratação;

8.15.1. O ajuste de que trata este dispositivo se limita a sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas;

8.15.2. Considera-se erro no preenchimento da planilha passível de correção a indicação de recolhimento de impostos e contribuições na forma do Simples Nacional, quando não cabível esse regime.

8.16. Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita do setor requisitante do serviço ou da área especializada no objeto.

8.17. O Pregoeiro / Agente de Contratação / Comissão de contratação realizará a verificação da observância da proposta classificada provisoriamente em primeiro lugar quanto aos custos unitários mínimos relevantes estabelecidos pela Administração, além dos demais aspectos ligados à conformidade da proposta ao objeto licitado e à compatibilidade do preço.

8.18. O Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão de contratação concederá o prazo de no mínimo vinte e quatro horas para readequação da proposta quando esta não observar os custos unitários mínimos relevantes, sob pena de desclassificação, na forma da Instrução Normativa nº 73, de 30 de setembro de 2022.

8.19. O Pregoeiro / Agente de Contratação / Comissão de contratação poderá verificar se as previsões do Acordo, Convenção Coletiva de Trabalho ou Dissídio Coletivo indicados pela Administração estão sendo contempladas na Planilha de Custos e Formação de Preços, em especial, quando o Acordo, Convenção Coletiva de Trabalho ou Dissídio Coletivo utilizado pelo licitante for diferente da norma coletiva paradigma utilizada pela Administração.



Câmara Municipal de Guaratuba

8.20. Deverão prevalecer os valores que forem mais benéficos ao trabalhador, na hipótese de que o Acordo, Convenção Coletiva de Trabalho ou Dissídio Coletivo indicado pelo licitante estabelecerem valores de remuneração, incluindo salário base e adicionais, de auxílio-alimentação e de benefícios superiores aos do Acordo, Convenção Coletiva de Trabalho ou Dissídio Coletivo utilizado como paradigma.

9. DA FASE DE HABILITAÇÃO

9.1. Os documentos previstos no Termo de Referência, necessários e suficientes para demonstrar a capacidade do licitante de realizar o objeto da licitação, serão exigidos para fins de habilitação, nos termos dos arts. 62 a 70 da Lei nº 14.133, de 2021.

9.1.1. A documentação exigida para fins de habilitação jurídica, fiscal, social e trabalhista e econômico-financeira, poderá ser substituída pelo registro cadastral no SICAF.

9.2. Quando permitida a participação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.

9.3. Na hipótese de o licitante vencedor ser empresa estrangeira que não funcione no país, para fins de assinatura do contrato ou da ata de registro de preços, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no país e apostilados nos termos do disposto no Decreto nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016, ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.

9.4. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser apresentados em original ou em cópia.

9.5. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser substituídos por registro cadastral emitido por órgão ou entidade pública, desde que o registro tenha sido feito em obediência ao disposto na Lei nº 14.133, de 2021.

9.6. Será verificado se o licitante apresentou declaração de que atende aos requisitos de habilitação, e o declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei.

9.7. Será verificado se o licitante apresentou no sistema, sob pena de inabilitação, a declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

9.8. O licitante deverá apresentar, sob pena de desclassificação, declaração de que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

9.9. É condição indispensável para a habilitação da licitante vencedor no certame a realização de visita técnica, de forma presencial, por representante da licitante, para tomar conhecimento do



Câmara Municipal de Guaratuba

local e das condições de execução do objeto, no prazo de 3 (três) dias úteis após a convocação pelo Pregoeiro / Agente de Contratação / Comissão, prorrogável por uma única vez desde que apresentada justificativa plausível, na forma do artigo 63, § 2º, da Lei 14.133/21. (anexo I)

9.10. A habilitação será verificada por meio do SICAF, nos documentos por ele abrangidos.

9.10.1. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital ou quando a lei expressamente o exigir.

9.11. É de responsabilidade do licitante conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no SICAF e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

9.11.1. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

9.12. A verificação pelo Pregoeiro / Agente de Contratação / Comissão, em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.

9.12.1. Os documentos exigidos para habilitação que não estejam contemplados no SICAF serão enviados por meio do sistema, em formato digital, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, prorrogável por igual período, contado da solicitação do Pregoeiro / Agente de Contratação / Comissão.

9.12.2. Na hipótese de a fase de habilitação anteceder a fase de apresentação de propostas e lances, os licitantes encaminharão, por meio do sistema, simultaneamente os documentos de habilitação e a proposta com o preço ou o percentual de desconto, observado o disposto no § 1º do art. 36 e no § 1º do art. 39 da Instrução Normativa SEGES/ME nº 73, de 30 de setembro de 2022.

9.13. A verificação no SICAF ou a exigência dos documentos nele não contidos somente será feita em relação ao licitante vencedor.

9.13.1. Os documentos relativos à regularidade fiscal que constem do Termo de Referência somente serão exigidos, em qualquer caso, em momento posterior ao julgamento das propostas, e apenas do licitante mais bem classificado.

9.13.2. Respeitada a exceção do subitem anterior, relativa à regularidade fiscal, quando a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, a verificação ou exigência do presente subitem ocorrerá em relação a todos os licitantes.

9.14. Encerrado o prazo para envio da documentação de que trata o item 9.12.1, poderá ser admitida, mediante decisão fundamentada do Pregoeiro / Agente de Contratação / Comissão, a apresentação de novos documentos de habilitação ou a complementação de informações acerca



Câmara Municipal de Guaratuba

dos documentos já apresentados pelos licitantes, em até 24 (vinte e quatro) horas, para:

9.14.1. A aferição das condições de habilitação do licitante, desde que decorrentes de fatos existentes à época da abertura do certame;

9.14.2. Atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas;

9.14.3. Suprimento da ausência de documento de cunho declaratório emitido unilateralmente pelo licitante;

9.14.4. Suprimento da ausência de certidão e/ou documento de cunho declaratório expedido por órgão ou entidade cujos atos gozem de presunção de veracidade e fé pública.

9.15. Findo o prazo assinalado sem o envio da nova documentação, restará preclusa essa oportunidade conferida ao licitante, implicando sua inabilitação.

9.16. Na análise dos documentos de habilitação, a Comissão de contratação poderá sanar erros ou falhas, que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.

9.17. Na hipótese de o licitante não atender às exigências para habilitação, o Pregoeiro / Agente de Contratação / Comissão examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao presente edital.

9.18. Somente serão disponibilizados para acesso público os documentos de habilitação do licitante cuja proposta atenda ao edital de licitação, após concluídos os procedimentos de que trata o subitem anterior.

9.19. A comprovação de regularidade fiscal e trabalhista das microempresas e das empresas de pequeno porte somente será exigida para efeito de contratação, e não como condição para participação na licitação.

9.20. Quando a fase de habilitação anteceder a de julgamento e já tiver sido encerrada, não caberá exclusão de licitante por motivo relacionado à habilitação, salvo em razão de fatos supervenientes ou só conhecidos após o julgamento.

10. DO TERMO DE CONTRATO

10.1. Após a homologação e adjudicação, caso se conclua pela contratação, será firmado Termo de Contrato, ou outro instrumento equivalente.

10.2. O adjudicatário terá o prazo de 2 (dois) dias úteis, contados a partir da data de sua convocação, para assinar o Termo de Contrato ou instrumento equivalente, sob pena de decair o direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital.

10.3. Alternativamente à convocação para comparecer perante o órgão ou entidade para a assinatura do Termo de Contrato ou instrumento equivalente, a Administração poderá, a seu critério, disponibilizar acesso



Câmara Municipal de Guaratuba

a sistema de processo eletrônico para que seja assinado digitalmente em até 2 (dois) dias úteis.

10.4. A contratada se vincula à sua proposta e às previsões contidas neste Edital.

10.5. A contratada reconhece que as hipóteses de rescisão são aquelas previstas nos artigos 137 e 138 da Lei nº 14.133, de 2021 e reconhece os direitos da Administração previstos nos artigos 137 a 139 da mesma Lei.

10.6. Os prazos dos itens 10.2 e 10.3 poderão ser prorrogados, por igual período, por solicitação justificada do adjudicatário e aceita pela Administração.

10.7. O prazo de vigência da contratação é o estabelecido no Termo de Referência.

10.8. Na assinatura do contrato ou instrumento equivalente será exigido o Cadastro Informativo de Créditos não Quitados do Setor Público Federal – Cadin e a comprovação das condições de habilitação e contratação consignadas neste Edital, que deverão ser mantidas pelo fornecedor durante a vigência do contrato.

10.8.1. A existência de registro no Cadin constitui fator impeditivo para a contratação.

10.9. Na contratação de serviços com dedicação exclusiva de mão de obra, será exigida da empresa, como condição para assinatura do contrato, a comprovação de capital social integralizado compatível com o número de empregados, na forma do art. 4º-B da Lei nº 6.019/1974.

11. DA ASSINATURA DO CONTRATO

11.1. Homologado o resultado da licitação, o licitante vencedor será convocado para assinar o Termo de Contrato ou aceitar o instrumento equivalente no prazo de 2 (dois) dias úteis, contados da data de recebimento da convocação.

11.2. O prazo de assinatura poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, mediante solicitação fundamentada do licitante vencedor e aceita pela Administração, antes do vencimento do prazo original.

11.3. A recusa injustificada do licitante vencedor em assinar o contrato no prazo estabelecido caracteriza descumprimento total da obrigação, sujeitando-o às sanções previstas no art. 156 da Lei nº 14.133/2021, incluindo o impedimento de licitar e contratar com a Administração, sem prejuízo da perda da garantia de proposta (se exigida).

11.4. Após a assinatura, o extrato do contrato será divulgado no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), conforme art. 94 da Lei nº 14.133/2021.

12. DA CLASSIFICAÇÃO DOS LICITANTES

12.1. Será respeitada, nas contratações, a ordem de classificação dos licitantes ou fornecedores pelo critério de **menor preço por item**.

12.1.1. A apresentação de novas propostas na forma deste item não prejudicará o resultado do certame em relação ao licitante mais bem classificado.



Câmara Municipal de Guaratuba

12.3. A habilitação dos licitantes que apresentaram proposta, em ordem de menor preço por item, será efetuada quando houver necessidade de contratação dos licitantes remanescentes, nas seguintes hipóteses:

12.3.1. Quando o licitante vencedor não assinar o contrato no prazo e nas condições estabelecidos no edital; ou

12.3.2. Quando houver a rescisão motivada do contrato assinado.

13. DOS RECURSOS

13.1. A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no art. 165 da Lei nº 14.133, de 2021.

13.2. O prazo recursal é de 3 (três) dias úteis, contados da data de intimação ou de lavratura da ata.

13.3. Quando o recurso apresentado impugnar o julgamento das propostas ou o ato de habilitação ou inabilitação do licitante:

13.3.1. A intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de preclusão;

13.3.2. O prazo para a manifestação da intenção de recorrer não será inferior a 10 (dez) minutos.

13.3.3. O prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação;

13.3.4. Na hipótese de adoção da inversão de fases prevista no § 1º do art. 17 da Lei nº 14.133, de 2021, o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação da ata de julgamento.

13.4. Os recursos deverão ser encaminhados em campo próprio do sistema.

13.5. O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

13.6. Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.

13.7. O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelos demais licitantes será de 3 (três) dias úteis, contados da data da intimação pessoal ou da divulgação da interposição do recurso, assegurada a vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

13.8. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

13.9. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

14. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES

14.1. Comete infração administrativa, nos termos da lei, o licitante que, com dolo ou culpa:



Câmara Municipal de Guaratuba

14.1.1. Deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão durante o certame;

14.1.2. Salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não manter a proposta em especial quando:

14.1.2.1. Não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;

14.1.2.2. Recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;

14.1.2.3. Pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva;

14.1.2.4. Apresentar proposta em desacordo com as especificações do edital.

14.1.3. Não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

14.1.4. Recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou a aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração;

14.1.5. Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação;

14.1.6. Fraudar a licitação;

14.1.7. Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:

14.1.7.1. Agir em conluio ou em desconformidade com a lei;

14.1.7.2. Induzir deliberadamente a erro no julgamento;

14.1.7.3. Apresentar amostra falsificada ou deteriorada.

14.1.8. Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;

14.1.9. Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 2013.

14.2. Com fulcro na Lei nº 14.133, de 2021, a Administração poderá, após regular processo administrativo, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes e/ou adjudicatários as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:

14.2.1. Advertência;

14.2.2. Multa;

14.2.3. Impedimento de licitar e contratar e;

14.2.4. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

14.3. Na aplicação das sanções serão considerados:

14.3.1. A natureza e a gravidade da infração cometida;

14.3.2. As peculiaridades do caso concreto;

14.3.3. As circunstâncias agravantes ou atenuantes;

14.3.4. Os danos que dela provierem para a Administração Pública;



Câmara Municipal de Guaratuba

14.3.5. A implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

14.4. A multa será recolhida no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis, a contar da comunicação oficial.

14.4.1. Para as infrações previstas nos itens 14.1.1, 14.1.2 e 14.1.3, a multa será de 0,5% a 15% do valor do contrato licitado.

14.4.2. Para as infrações previstas nos itens 14.1.4, 14.1.5, 14.1.6, 14.1.7, 14.1.8 e 14.1.9, a multa será de 15% a 30% do valor do contrato licitado.

14.5. As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.

14.6. Na aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

14.7. A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas nos itens 14.1.1, 14.1.2, 14.1.3 e 14.1.4, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo a qual pertencer o órgão ou entidade, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.

14.8. Poderá ser aplicada ao responsável a sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, em decorrência da prática das infrações dispostas nos itens 14.1.5, 14.1.6, 14.1.7, 14.1.8 e 14.1.9, bem como pelas infrações administrativas previstas nos itens 14.1.1, 14.1.2 e 14.1.3 que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar, cuja duração observará o prazo previsto no art. 156, §5º, da Lei nº 14.133, de 2021.

14.9. A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, descrita no item 14.1.4, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades e à imediata perda da garantia de proposta em favor do órgão ou entidade promotora da licitação, nos termos do art. 45, § 4º da Instrução Normativa SEGES/ME nº 73, de 30 de setembro de 2022.

14.10. A apuração de responsabilidade relacionadas às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de processo de responsabilização a ser conduzido por Comissão composta por 2 (dois) ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o adjudicatário para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

14.11. Caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, contado da data da intimação, o qual será dirigido à autoridade que tiver



Câmara Municipal de Guaratuba

proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

14.12. Caberá a apresentação de pedido de reconsideração da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento.

14.13. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

14.14. A aplicação das sanções previstas neste edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados.

14.15. Para a garantia da ampla defesa e contraditório dos licitantes, as notificações serão enviadas eletronicamente para os endereços de e-mail informados na proposta comercial, bem como os cadastrados pela empresa no SICAF.

14.15.1. Os endereços de e-mail informados na proposta comercial e/ou cadastrados no SICAF serão considerados de uso contínuo da empresa, não cabendo alegação de desconhecimento das comunicações a eles comprovadamente enviadas.

15. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

15.1. Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar este Edital por irregularidade na aplicação da Lei nº 14.133, de 2021, devendo protocolar o pedido até 3 (três) dias úteis antes da data da abertura do certame.

15.2. A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgado em sítio eletrônico oficial no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

15.3. A impugnação e o pedido de esclarecimento serão realizados exclusivamente por forma eletrônica.

15.4. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

15.5. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo Pregoeiro / Agente de Contratação / Comissão, nos autos do processo de licitação.

15.6. Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.

16. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

16.1. Será divulgada ata da sessão pública no sistema eletrônico.

16.2. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário pelo Pregoeiro / Agente de Contratação / Comissão.



Câmara Municipal de Guaratuba

16.3. Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília - DF.

16.4. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

16.5. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

16.6. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

16.7. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.

16.8. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.

16.9. Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.

16.10. O Edital e seus anexos estão disponíveis, na íntegra, no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e endereço eletrônico [inserir endereço eletrônico].

16.11. Integram este Edital e instruem o processo licitatório, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

16.11.1. Termo de Referência e seus anexos;

16.11.2. Estudo Técnico Preliminar e seus anexos;

16.11.3. Mapa de Risco;

16.11.4. Minuta de Termo de Contrato;

17. DO PREGOEIRO OU AGENTE DE CONTRATAÇÃO

17.1. O pregão será conduzido pela Comissão de Contratação:

Nome: João Manoel Nogueira de Souza
Agente de Contratação – Portaria nº 553/2025
Nome: Paulo Alfonso Bianchin
Equipe de Apoio – Portaria nº 553/2025
Nome: Paulo Eduardo Schimanski
Equipe de Apoio – Portaria nº 553/2025
Nome: Eliana Terezinha Sdroeiwski Hass
Equipe de Apoio – Portaria nº 553/2025

Guaratuba, 20 de maio de 2026.



ANEXO I – TERMO DE REFERÊNCIA

1. DAS CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO (ART. 6º, XXIII, “A” E “I” DA LEI Nº 14.133, DE 2021)

1.1. Contratação de empresa especializada para realizar serviço de cabeamento estruturado e criação de redes de computadores, com assistência técnica integral durante todo o prazo contratual, e com fornecimento de equipamentos, para atender as necessidades de tecnologia da informação da Câmara Municipal de Guaratuba, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento.

2. DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO (ART. 6º, INCISO XXIII, ALÍNEA “B”, DA LEI Nº 14.133, DE 2021)

2.1. Justifica-se a contratação diante da necessidade de se implementarem soluções de tecnologia da informação para melhorar as condições de acesso e conexão dos equipamentos (notebooks, computadores, impressoras, telefones, câmeras, entre outros) à internet, considerando a acentuada defasagem tecnológica e estrutural das atuais redes que são utilizadas pelo Órgão e que levam, diariamente, à sucessivas dificuldades, perdas, instabilidades e lentidões na conexão entre os aparelhos e a internet.

3. DA FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR (ART. 6º, INCISO XXIII, ALÍNEA “H”, DA LEI Nº 14.133, DE 2021)

3.1. O fornecedor será selecionado por meio de realização de Pregão Eletrônico, com fundamento nos art. 17, art. 28, inciso I, e art. 29, todos da Lei Federal nº 14.133/2021, utilizando o **critério de julgamento de menor preço**.

3.2. Previamente à celebração do contrato, a Administração verificará o eventual descumprimento das condições para contratação, especialmente quanto à existência de sanção que a impeça, mediante a consulta a cadastros informativos oficiais, tais como:

- I. Cadastro de Licitantes Inidôneos (TCU);
- II. CNIA - Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Ato de Improbidade Administrativa e Inelegibilidade (CNJ);
- III. CEIS - Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Portal da Transparência União);
- IV. CNEP - Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Portal da Transparência União), (emitidos no endereço eletrônico: <https://certidoes-apf.apps.tcu.gov.br/>).

3.2.1. A consulta aos cadastros será realizada em nome da pessoa física ou, em caso de pessoa jurídica, da empresa fornecedora ou de seu sócio majoritário, por força do art. 12 da Lei nº 8.429, de 2 de junho de 1992, que prevê, dentre as sanções impostas ao responsável pela prática de ato de improbidade administrativa, a proibição de contratar com o Poder Público, inclusive por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário.

3.2.1.1. Caso conste na Consulta de Situação do Fornecedor a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o gestor diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas.

3.3. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros.

3.4. O fornecedor será convocado para manifestação previamente a uma eventual negativa de contratação.

3.5. Caso atendidas as condições para contratação, a habilitação do fornecedor será verificada por meio do SICAF, nos documentos por ele abrangidos.

3.6. É dever do fornecedor manter atualizada a respectiva documentação constante do SICAF, ou encaminhar, quando solicitado pela Administração, a respectiva documentação atualizada.

3.7. Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.

3.8. Se o fornecedor for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o fornecedor for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto para atestados de capacidade técnica, caso exigidos, e no caso daqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

3.9. Serão aceitos registros de CNPJ de fornecedor matriz e filial com diferenças de números de documentos pertinentes ao CND e ao CRF/FGTS, quando for comprovada a centralização do recolhimento dessas contribuições.

3.10. Para fins de contratação, deverá o fornecedor comprovar os seguintes requisitos de habilitação:

3.10.1. Habilitação jurídica:

3.10.1.1. Empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

3.10.1.2. Microempreendedor Individual (MEI): Certificado da Condição de Microempreendedor Individual (CMEI), cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empreendedor>;

3.10.1.3. Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal (SLU) ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada (EIRELI): inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

3.10.1.4. Sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

3.10.1.5. Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária - inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz;

3.10.1.6. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

3.10.2. Habilitações fiscal, social e trabalhista:

3.10.2.1. Prova de inscrição no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ);

3.10.2.2. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional;

3.10.2.3. Certidão negativa de Débitos Estaduais;

3.10.2.4. Certidão Negativa de Débitos Municipais do domicílio da licitante;

3.10.2.5. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

3.10.2.6. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943.

3.10.2.7. Declaração de que não emprega menor de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 (dezesseis) anos, salvo menor, a partir de 14 (quatorze) anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição;

3.10.2.8. Declaração de que atende às exigências legais no que diz respeito a manter cargos para pessoas com deficiência, para reabilitados pela Previdência Social e para jovem aprendiz, nos termos do art. 92, XVII, da Lei 14.133/21.

3.10.2.9. O licitante enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar nº 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

3.10.2.9.1. Caso o licitante seja considerado isento dos tributos estaduais/municipais ou distritais relacionados ao



Câmara Municipal de Guaratuba

objeto, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de certidão ou declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou por meio de outro documento equivalente, na forma da respectiva legislação de regência.

3.10.3. Habilitação Ambiental:

3.10.3.1. Comprovante de licenciamento ambiental atualizado, quando exigível à atividade exercida, nos termos da Resolução 237 do CONAMA, artigo 5º, artigo 25, § 5º, inciso I, e artigo 137, VI, todos da Lei 14.133/21.

3.10.3.1.1. Não sendo exigível o licenciamento ambiental em razão da atividade exercida (federal, estadual ou municipal), o licitante entregará Declaração de Inexigibilidade de Licenciamento Ambiental.

3.10.4. Habilitação Técnica:

3.10.4.1. No mínimo 1 (um) Atestado de Capacidade Técnica emitido por contratante pessoa jurídica de direito público ou privado, que comprovem que a licitante tenha executado e/ou prestado serviços e cumprido integralmente as suas obrigações junto à administração pública direta ou indireta, federal, estadual, municipal ou do Distrito Federal, ou ainda, para empresas privadas, serviços de características semelhantes e compatíveis com o objeto desta licitação.

4. DO OBJETO E DA DESCRIÇÃO DO SERVIÇO E DOS EQUIPAMENTOS

4.1. Quadro resumo:

Item	Descrição	Quant.	Un. de medida	Valor Mensal (R\$)	Valor Anual (R\$)	Valor Trienal (R\$)
1	Cabeamento estruturado e criação de redes de computadores, com assistência técnica integral durante todo o prazo contratual, e com fornecimento de equipamentos	36	Meses	R\$ 4.666,67	R\$ 56.000,04	R\$ 168.000,12

4.2. Descrição detalhada:

4.2.1. Estruturação e cabeamento integral de toda a rede interna de internet no edifício da Câmara Municipal de Guaratuba (piso térreo, 1º andar 2º andar), com o uso de cabo drop fibra ótica com certificado ANATEL (aproximadamente 2.000 metros de cabo).

4.2.1.1. Havendo a necessidade de aplicação de cabo de rede do tipo drop fibra ótica além da metragem estimada, o excedente, desde que não ultrapasse 25% (vinte por cento) do

total, será suportado integralmente pela licitante, sem nenhum tipo de acréscimo no valor do certame ou contrato.

4.2.1.2. A remoção do cabeamento antigo, onde for necessário para a passagem do cabeamento novo, constitui parte do serviço a ser realizado e é ônus integral do Contratado.

4.2.2. Após estruturação e cabeamento integral, a instalação de conectores ACP ou outros equivalentes em até 144 pontos para a conexão de equipamentos (computadores, notebooks, impressoras, telefones, câmeras, entre outros), distribuídos em 30 salas e corredores, nos pavimentos térreo, 1º andar e 2º andar.

4.2.3. Cessão de todo o equipamento necessário (modens, hubs, switches, roteadores 10/100/1000 Mbps - 48 portas, racks, entre outros) para o bom, pleno e perfeito funcionamento de toda a rede interna de computadores, celulares, notebooks, câmeras, telefones, entre outros aparelhos eletrônicos.

4.2.4. Aplicação, instalação e configuração de 30 pontos de acesso (modens e/ou roteadores e/ou hubs, sendo um em cada sala, setor ou gabinete, com a instalação complementar de internet via cabo ou wi-fi em todos os equipamentos eletrônicos do ambiente) dual-band (2.4GHz e 5.0 GHz), com capacidade Wi-Fi 6, compatível com internet de velocidade de até 1200Mbps na banda de 5.0GHz e 300Mbps na banda de 2.4 GHz, com certificação ANATEL, para viabilizar a conexão de aparelhos Wi-Fi.

4.2.5. Aplicação, instalação e configuração, na área do plenário, de 1 ponto de acesso Acess Point 6 Intelbras, roteador dual-band (2.4GHz e 5.0 GHz), para conexão de até 300 usuários simultâneos, com certificação ANATEL.

4.2.6. Instalação de calhas internas de PVC em todas as salas e corredores, onde houver necessidade, para passagem e bom acondicionamento dos cabos de rede.

4.2.7. Após a conclusão do serviço inicial de cabeamento estruturado, instalação dos equipamentos e configuração das redes, a fornecedora deverá, sempre que solicitado pela Contratante, prestar suporte técnico remoto e/ou presencial para soluções de problemas ou situações relacionadas à rede de internet durante todo o período contratual, de segunda-feira a sexta-feira, das 08:00h às 18:00h, com resposta em até 30 (trinta) minutos em caso de chamada remota e de até 3 (três) horas caso haja a necessidade de comparecimento de técnico no local, para:

4.2.10.1. Realizar o reparo, instalação, remoção, substituição ou mudança de local de cabo(s) de rede, ponteiros e/ou ponto(s) de acesso à rede, para adequar a rede à disposição física aparelhos dos nas salas e corredores.

4.2.10.2. Realizar a configuração ou reconfiguração de equipamento(s) (computadores, notebooks, smartphones, câmeras, impressoras, scanners, telefones, câmeras, entre outros) na respectiva(s) rede(s) em caso de perda suas configurações e da capacidade de se conectar(em) à internet.

4.2.10.3. Realizar a inserção e a configuração na respectiva(s) rede(s) de novos equipamentos (computadores, notebooks, smartphones, câmeras, impressoras, scanners, telefones, câmeras, entre outros) que venham a ser adquiridos pela Contratante.

4.2.10.4. Realizar outros serviços técnicos não descritos anteriormente, desde que guardem relação com o serviço prestado de estruturação da(s) rede(s), configuração de equipamentos na rede e/ou conexão com a internet.

4.2.10.5. Auxiliar, de forma remota ou presencial, na solução de dúvidas ou dificuldades técnicas relacionadas conexão na(s) rede(s) ou à internet enfrentadas por servidores, vereadores ou assessores no desempenho de suas atividades laborais.

4.2.9. A contratante é responsável pela manutenção, conservação do bom funcionamento, atualização e substituição dos equipamentos cedidos ao Órgão, tais como cabos de rede, conectores, roteadores, access point(s), swiths, hubs, modems, calhas, racks, entre outros, para garantir o bom, pleno e integral funcionamento da rede.

4.2.9.1. Identificada e informada a necessidade de substituição de equipamento(s) por falha, mau funcionamento ou qualquer outra circunstância que o torne inoperante, total ou parcialmente, a fornecedora terá o prazo de 48 (quarenta e oito) horas para substituir o equipamento defeituoso por outro de igual característica e especificações, bem como realizar a sua instalação e reconfiguração das redes afetadas.

4.2.9.2. Caso a falha ou mau funcionamento do equipamento interfira na realização e na transmissão da sessão plenária, a providência de substituição e regularização do funcionamento da rede deverá ser imediata.

4.2.12. Ao final do contrato, todo o cabeamento de rede do tipo drop fibra ótica e as ponteiros ACP ou equivalentes, bem como as calhas de PVC utilizadas, serão permanentemente cedidos pelo fornecedor à Contratante, que os integrará ao seu patrimônio permanente.

4.2.13. Todos os equipamentos objetos de cessão pelo fornecedor deverão ser adequados à tensão 110v.

4.2.13.1. A Contratante fornecerá as condições técnicas necessárias para que os aparelhos sejam conectados à fonte de energia (tomada).

4.2.13.2. Havendo a necessidade de instalação de filtro(s) de linha, nobreak(s), estabilizador(es), transformador(es) de voltagem, ou quaisquer outros aparelhos dessa natureza que sejam recomendados ou indispensáveis para o bom funcionamento dos equipamentos cedidos, estes deverão ser providenciados pelo fornecedor, sem ônus para a Contratante.

4.3. A contratação terá **vigência de 36 (trinta e seis) meses**, podendo ser prorrogada, mediante termo aditivo por escrito, até o limite de 120 (cento e vinte) meses, em conformidade com o disposto no artigo 108 da Lei nº 14.133/21.



Câmara Municipal de Guaratuba

4.4. Todo o serviço prestado e equipamentos cedidos serão objeto de garantia integral por parte do fornecedor durante a vigência contratual.

4.5. A empresa Contratada deverá, obrigatoriamente, prover a identificação com uniforme e crachá do(s) funcionário(s) que realizarão os serviços e assistência nas dependências da Contratante.

4.6. Caso haja divergência entre as especificações contidas neste anexo e as constantes no CATMAT – Código do Material do Sistema Portal de Compras Federal, prevalecerão as indicadas no Termo de Referência.

4.7. O objeto desta contratação não se enquadra como sendo de bem de luxo, conforme Decreto Federal nº 10.818, de 27 de setembro de 2021.

4.8. Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.

4.9. O **custo mensal** máximo da contratação é de **R\$ 4.666,67** (quatro mil seiscentos e sessenta e seis reais e sessenta e sete centavos).

4.10. O **custo anual** máximo da contratação é de **R\$ 56.000,04** (cinquenta e seis mil reais e quatro centavos).

4.11. O **custo total (trienal)** máximo da contratação é de **R\$ 168.000,12** (cento e sessenta e oito mil reais e doze centavos).

5. DA ASSISTÊNCIA E SUPORTE TÉCNICO

5.1. A fornecedora fornecerá toda a assistência e o suporte técnico necessários, de ofício ou mediante solicitação da Administração, para o pleno e perfeito funcionamento da rede de internet.

5.2. A fornecedora instalará, de ofício, atualizações de software e/ou hardware necessárias para garantir o pleno funcionamento da rede de internet.

5.3. A fornecedora disponibilizará canal de comunicação e atenderá aos chamados e solicitações da Administração no tempo definido para a solução das dúvidas, problemas, instabilidades ou instalação/conexão de novos equipamentos na rede de internet.

6. DO MODELO DE EXECUÇÃO CONTRATUAL (ART. 6º, XXIII, ALÍNEA “E” E ART. 40, §1º, INCISO II, DA LEI Nº 14.133, DE 2021)

6.1. O horário de funcionamento da Câmara Municipal de Guaratuba é das 08:00h às 18:00h, de segundas às sextas-feiras, período no qual deverá ser executado o objeto contratual.

6.2. O local designado para a execução dos serviços é a Câmara Municipal de Guaratuba, situada na Rua Coronel Carlos Mafra, nº 494, Centro, Guaratuba-PR.

6.2.1. A Contratada definirá com a devida antecedência junto à Administração da Casa a data para a execução dos serviços, considerando que no tempo de execução a Câmara Municipal ficará parcial ou integralmente sem acesso à rede de internet.

6.3. As atividades executadas pela Contratada poderão ser comprovadas por meio de relatório contendo o horário de início e término das atividades, bem como a assinatura do supervisor responsável pelo serviço, a qual será verificada pela Diretoria de Serviços e Patrimônio.

6.4. No valor da proposta deverão estar inclusos todos os custos diretos e indiretos para a prestação do serviço, incluindo mão-de-obra,



Câmara Municipal de Guaratuba

hora técnica, suporte técnico integral, todos os cabos, conectores, outros materiais assemelhados, bem como os aparelhos e equipamentos necessários para a boa e fiel execução do serviço.

6.5. Não haverá exigência da garantia da contratação dos artigos 96 e seguintes da Lei nº 14.133/21.

7. DO MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO (ART. 6º, XXIII, ALÍNEA “F”, DA LEI Nº 14.133, DE 2021)

7.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial (caput do art. 115 da Lei nº 14.133, de 2021).

7.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila (§ 5º do art. 115 da Lei nº 14.133, de 2021).

7.3. As comunicações entre o órgão ou entidade e o contratado devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se, excepcionalmente, o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

7.4. O órgão ou entidade poderá convocar representante do Contratado para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

7.5. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo Fiscal do Contrato, ou pelos respectivos substitutos (caput do art. 117 da Lei nº 14.133, de 2021).

7.6. O Fiscal do Contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração.

7.6.1. O Fiscal do Contrato anotará no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados.

7.6.2. Identificada qualquer inexatidão ou irregularidade, o Fiscal do Contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção. (inciso III do art. 22 do Decreto nº 11.246, de 2022);

7.6.3. O Fiscal do Contrato informará ao Gestor do Contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso.

7.6.4. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o Fiscal do Contrato comunicará o fato imediatamente ao Gestor do Contrato.

7.6.5. O Fiscal do Contrato deverá comunicar ao Gestor do Contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à renovação tempestiva ou à prorrogação contratual.

7.7. O Fiscal do Contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da Contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as



Câmara Municipal de Guaratuba

garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário.

7.7.1. Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o Fiscal do Contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao Gestor do Contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência.

7.7.2. O Gestor do Contrato acompanhará os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência.

7.7.3. O Gestor do Contrato tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso. (inciso X do art. 21 do Decreto nº 11.246, de 2022).

7.8. O Fiscal do Contrato comunicará ao Gestor do Contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à tempestiva renovação ou prorrogação contratual.

7.9. O contratado será obrigado a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, a suas expensas, no total ou em parte, o objeto do contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes de sua execução ou de materiais nela empregados (art. 119 da Lei nº 14.133, de 2021).

7.10. O contratado será responsável pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros em razão da execução do contrato, e não excluirá nem reduzirá essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pelo Contratante (art. 120 da Lei nº 14.133, de 2021).

7.11. Somente o contratado será responsável pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução do contrato (art. 121 da Lei nº 14.133, de 2021).

7.12. A inadimplência do contratado em relação aos encargos trabalhistas, fiscais e comerciais não transfere à Administração a responsabilidade pelo seu pagamento e não poderá onerar o objeto do contrato (§1º do art. 121 da Lei nº 14.133, de 2021).

7.13. Antes do pagamento da nota fiscal ou da fatura, deverá ser consultada a situação do Contratado junto ao SICAF.

7.14. Serão exigidos a Certidão Negativa de Débito (CND) relativa a Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União, o Certificado de Regularidade do FGTS (CRF) e a Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT), caso esses documentos não estejam regularizados no SICAF.

4.15. Gestor do Contrato: **Diego Rene Dalla Libera** – Diretor Geral.

4.16. Fiscais do Contrato: **Luis Fabiano Ribas** – Portaria nº 557/2025.

Maiko Francisco Valim – Portaria nº 557/2025.



Câmara Municipal de Guaratuba

8. DAS INFORMAÇÕES GERAIS DE EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS NECESSÁRIOS

8.1. Acerca dos procedimentos e informações do uso das dependências da Câmara Municipal de Guaratuba, os funcionários da Contratada deverão utilizar somente o espaço onde o serviço solicitado foi autorizado. É vedada a utilização de outros espaços do Órgão para armazenamento de materiais e permanência de funcionários.

8.2. Os funcionários da Contratada devem ter o conhecimento, técnica e treinamento para exercer os serviços solicitados neste documento.

8.4. Com relação ao horário de execução dos serviços, deverão ser executados entre as 08:00h e às 18:00h, respeitados os limites de jornada de trabalho.

8.5. Excepcionalmente, no caso de serviços fora do horário de funcionamento desta Câmara Municipal, incluindo finais de semana, os serviços deverão ser previamente combinados com a Contratante.

8.6. A Contratada deverá prever em sua proposta a necessidade de trabalho fora do horário comercial de seus funcionários. Em caso de necessidade de execução de demais serviços em horários não comerciais, os ônus das horas extras correrão somente por conta da Contratada.

8.7. Havendo a necessidade, a Contratada deverá fornecer e cobrar o uso de EPIs e EPCs por todos os funcionários, devendo todos os equipamentos ter a Certificação de Aprovação (CA) dentro do prazo de validade estabelecido. O CA de qualquer equipamento de proteção utilizado pelos funcionários deverá ser apresentado pela Contratada, sempre que for solicitado pela Contratante.

8.8. A empresa deverá especificar quais equipamentos, materiais e produtos serão utilizados na realização do serviço, devendo todos serem adequados às atividades solicitadas e certificados pela ANATEL.

9. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

9.1. Cumprir a legislação e as normativas inerentes à execução do objeto e a sua atividade;

9.2. Após a convocação, firmar o contrato no prazo estabelecido, sob a pena de aplicação das sanções previstas;

9.3. Cumprir os prazos e determinações para a execução do objeto;

9.4. Não transferir indevidamente a outrem, a execução do objeto e demais obrigações avençadas;

9.5. Reunir-se com os representantes da Câmara Municipal de Guaratuba, sempre que necessário, para se inteirar do assunto a ser tratado durante a mesma, bem como para receber as instruções necessárias à adequada prestação do serviço.

9.6. Prestar o serviço com rigor técnico, zelando pelos valores éticos e morais.

9.7. Realizar as atividades propostas com esmero e perfeição, conforme as disposições deste Termo de Referência.

9.8. Prestar esclarecimentos que forem solicitados pela Contratante em, no máximo, 48 horas úteis contadas da solicitação, devendo acusar



Câmara Municipal de Guaratuba

recebimento em até 24 horas úteis. Em caso de impossibilidade de cumprimento do prazo de esclarecimentos, a empresa deverá justificar o prazo adicional que porventura seja necessário;

9.9. Em caso de constatação de vícios, defeitos ou incorreções decorrentes da execução do serviço ou dos materiais e equipamentos utilizados, a Contratada deverá reparar, corrigir, remover, reconstituir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto contratado;

9.10. Comunicar à Contratante, qualquer anormalidade e prestar os esclarecimentos que julgar necessários, bem como comunicar prontamente a eventual impossibilidade de execução de qualquer obrigação contratual, visando a adoção das medidas cabíveis por parte da Contratante;

9.11. Contratar e treinar todo o pessoal necessário à execução do objeto.

9.12. Fornecer para seus empregados todos os uniformes, crachá de identificação e equipamentos necessários à execução do objeto, incluindo os de proteção individual e coletivo, devendo fiscalizar o uso e conservação dos mesmos;

9.13. Registrar e controlar a assiduidade dos funcionários, bem como as ocorrências observadas durante a execução do objeto;

9.14. Instruir os seus funcionários a cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança da Contratante;

9.15. Manter durante toda a vigência do contrato, todas as condições de habilitação e qualificação da empresa;

9.16. Instruir seus funcionários quanto à necessidade de acatar as orientações da Contratante, inclusive quanto ao cumprimento das normas internas de segurança;

9.17. Responsabilizar-se por manter disciplina nos locais dos serviços;

9.18. Substituir, sempre que exigido pela Contratante, e independentemente de justificativa, qualquer funcionário, preposto e/ou supervisor cuja atuação, permanência e/ou comportamento sejam julgados prejudiciais, inconvenientes ou insatisfatórios à disciplina ou ao interesse da Câmara Municipal, sem que disso decorra qualquer ônus a Contratante;

9.19. Estar ciente de que é vedada a utilização das dependências da Câmara Municipal, pelos funcionários da Contratada para fins diversos do objeto da presente contratação;

9.20. Estar ciente de que são proibidos quaisquer atos de preconceito de raça, cor, sexo, orientação sexual ou estado civil na seleção dos funcionários;

9.21. Manter banco de dados atualizado dos funcionários que estejam desempenhando suas atividades nas instalações da Câmara Municipal, disponibilizando-o, sempre que formalmente solicitado;

9.22. Não contratar para atuar na execução do objeto funcionário pertencente ao quadro de pessoal da Câmara Municipal de Guaratuba, ou terceiro que já lhe preste serviços;



Câmara Municipal de Guaratuba

9.23. Não manter relação de emprego/trabalho, de forma direta ou indireta, com menor de 18 anos de idade em trabalho noturno, perigoso ou insalubre, nem menor de 16 anos de idade em qualquer trabalho;

9.23. Assumir todas as responsabilidades e tomar as medidas necessárias ao atendimento dos seus empregados, acidentados ou com mal súbito, por meio de seus supervisores;

9.24. Identificar todos os equipamentos e ferramentas de sua propriedade, de forma a não serem confundidos com similares de propriedade da Contratante;

9.25. Executar o objeto dentro dos parâmetros e rotinas previamente estabelecidas, em observância às recomendações aceitas pela boa técnica, pelas normas e pela legislação vigentes, responsabilizando-se integralmente pelos serviços prestados;

9.26. Efetuar a execução do objeto sem qualquer tipo de prejuízo ou transtorno as atividades regulares da Câmara Municipal, devendo o supervisor sempre estar fiscalizando a realização dos serviços;

9.27. A Contratada deverá se responsabilizar pelas situações decorrentes da execução dos serviços ou por ações de seus prepostos ou empregados, dentro das dependências da Câmara Municipal;

9.28. Responder integralmente pelos danos causados, direta ou indiretamente, ao patrimônio da Câmara Municipal ou a integridade física ou patrimonial de terceiros, em decorrência de ação ou omissão de seus funcionários. Na hipótese de comprovação de danos, a Contratada ficará obrigada a promover o ressarcimento no prazo de 30 (trinta) dias, mediante comprovação;

9.29. Zelar pelo sigilo inerente à execução do objeto e pela confidencialidade quanto aos dados e informações da Contratante a que eventualmente tenha acesso, empregando todos os meios necessários para tanto;

9.30. Não utilizar o nome e/ou logomarca da Câmara Municipal em qualquer tipo de divulgação da sua atividade, mesmo após o encerramento da execução do objeto;

9.31. Não se pronunciar, por qualquer meio, sobre quaisquer assuntos relativos às atividades da Câmara Municipal;

9.32. Instruir ao seu preposto, supervisor(es) e funcionários quanto à necessidade de acatar as orientações da Câmara Municipal, inclusive quanto ao cumprimento das normas internas e de segurança;

9.33. Observar que, quando houver a necessidade de serviços fora do horário previsto em contrato e/ou ocorrendo necessidade da duração do trabalho dos profissionais além do limite de horário informado, por motivo relevante, para atender à realização ou conclusão de serviços inadiáveis ou cuja inexecução possa acarretar prejuízo à Contratante, avisada formalmente com a devida antecedência;

9.34. A Contratada deve adotar práticas de gestão que garantam os direitos trabalhistas e o atendimento às normas internas e de segurança e medicina do trabalho para seus funcionários;

9.35. Promover o pagamento de seus empregados nas datas regulamentares, cumprir as obrigações trabalhistas e sociais mesmo que



Câmara Municipal de Guaratuba

haja atraso no pagamento pelos serviços por parte da Contratante que seja decorrente de atraso na apresentação da fatura ou dos documentos exigidos pela Contratada;

9.36. É dever exclusivo de a Contratada assumir a defesa em reclamações judiciais, trabalhistas, extrajudiciais ou de qualquer natureza, bem como arcar com o ônus decorrente dos prejuízos e das ações judiciais que possam ocorrer em consequência da execução dos serviços contratados e que venham a ser arguido contra a Contratante, por terceiros.

9.37. Cabe EXCLUSIVAMENTE à Contratada toda a responsabilidade sob seus funcionários que venham a prestar serviços, sendo que recai, da mesma forma, exclusivamente a competência para responder por quaisquer ações porventura impetradas por seus empregados junto ao Poder Judiciário, eis que **NÃO HÁ QUALQUER VÍNCULO EMPREGATÍCIO ENTRE OS FUNCIONARIOS DA CONTRATADA E O CONTRATANTE.**

9.38. Assumir:

I. Todos os ônus com os encargos fiscais e comerciais, impostos, taxas e seguros, relativamente à execução do objeto, bem como a qualquer acidente de que venham a ser vítimas seus profissionais e/ou por aqueles causados por eles a terceiros, quando da execução do objeto;

II. Todos os encargos previdenciários e obrigações sociais previstos na legislação social e trabalhista em vigor, obrigando-se a saldá-los na época própria, vez que os seus empregados não manterão nenhum vínculo empregatício com a Contratante;

III. Todas as providências e obrigações estabelecidas na legislação específica de acidentes de trabalho, quando, em ocorrência da espécie forem vítimas os seus empregados no desempenho dos serviços ou em conexão com eles, ainda que acontecido em dependência da Câmara Municipal;

IV. Todos os encargos de eventual demanda trabalhista, cível ou penal, relacionada à execução do objeto, originariamente ou vinculadas por prevenção, conexão ou continência;

V. Todos os eventuais danos causados diretamente à Contratante, quando estes tiverem sido ocasionados, por seus empregados, preposto e/ou supervisores, durante a execução do objeto;

VI. Todas as despesas decorrentes da não observância das condições constantes do objeto, bem como de infrações praticadas por seus empregados, preposto e/ou supervisores, ainda que no recinto do Contratante;

VII. Todas as despesas diretas ou indiretas, tais como salário, transporte, alimentação, diárias, indenizações civis e quaisquer outras que forem devidas a seus empregados na execução do objeto, ficando a Contratante isenta de qualquer vínculo empregatício;

VIII. Objetivamente, inteira responsabilidade civil e administrativa pela execução do objeto na hipótese de qualquer dano ou prejuízo, pessoal ou material, causado voluntária ou involuntariamente por seus prepostos durante e/ou em consequência da execução do objeto contratado,



Câmara Municipal de Guaratuba

providenciando, sem alteração do prazo estipulado, imediata reparação dos danos ou prejuízos impostos à Contratante e/ou a terceiros, inclusive despesas com custas judiciais e honorários advocatícios, se houver.

9.39. Responsabilizar-se em não divulgar qualquer item do serviço de que trata esta licitação sem autorização prévia da Contratante.

10. OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

10.1. Gerir, acompanhar e fiscalizar os serviços prestados, devendo verificar se o executado condiz ao que foi contratado sob os aspectos quantitativos e qualitativos, comunicando à contratada toda e qualquer ocorrência em desacordo ao Termo de Referência e Contrato;

10.2. Solicitar o imediato afastamento de funcionário, supervisor e preposto que porventura demonstre ter atitudes inconvenientes ou incompatíveis com o exercício de suas funções;

10.3. Não permitir a execução de serviços em desacordo com as preestabelecidas em Contrato ou Termo de Referência;

10.4. Solicitar análise de aplicação de sanção, caso haja o descumprimento de alguma cláusula prevista no Termo de Referência e/ou Contrato;

10.5. Atestar nota fiscal, conferindo valores e informações pertinentes.

10.6. Aplicar as sanções e aberturas de processos administrativos quando se fizerem necessários

10.7. Reunir-se com a Contratada sempre que necessário, a fim de prestar os esclarecimentos necessários à adequada prestação do serviço.

10.8. Efetuar o pagamento à Contratada pelos serviços prestados, no valor, forma e prazo previamente ajustados;

10.9. Cuidar para que nenhum pagamento seja efetuado à Contratada, enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que lhe seja imposta, em virtude de sanção ou inadimplência contratual, sem que isso gere direito a acréscimos de qualquer natureza.

10.10. Interromper ou paralisar os serviços que não estejam sendo realizados dentro dos padrões contratados.

11. DO VALOR E DA FORMA DE PAGAMENTO

11.1. Do valor:

11.1.1. O valor contempla todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive em relação ao fornecimento de mão de obra e todos os materiais necessários, bem como tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de Câmara Municipal, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

11.2. Da forma de pagamento:

11.2.1. O **pagamento pelo serviço ocorrerá mensalmente**, desde que o serviço seja devidamente aprovado pela Contratante.

11.3.2. Todas as atividades executadas pela Contratada serão comprovadas por meio de relatório, contendo o horário de início e



Câmara Municipal de Guaratuba

término das atividades, bem como a assinatura dos responsáveis pelo serviço.

11.4.3. O pagamento será realizado através de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pela Contratada.

11.4.3.1. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

11.3. Do prazo de pagamento:

11.3.1. A liquidação da despesa será efetuada no prazo de até 10 (dez) dias úteis, contados do recebimento da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente pela Câmara Municipal.

11.3.2. O pagamento será efetuado no prazo de até 15 (quinze) dias úteis, contados da liquidação de despesa.

11.3.3. Considera-se ocorrido o recebimento da Nota Fiscal quando a Contratante atestar a execução do objeto do contrato.

11.3.4. No caso de atraso pela Contratante, os valores devidos à Contratada serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) de correção monetária.

12. DA ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

12.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados na seguinte dotação:

FONTE DE RECURSOS:

80.001.01.031.0001.2.001

MANUTENÇÃO DE ATIVIDADES DO LEGISLATIVO

80.001.01.031.0001.2.001.3.3.90.39.00.00

OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS – PESSOA JURÍDICA

REPONSÁVEL PELA ELABORAÇÃO DO TERMO DE REFERÊNCIA

Servidor: Paulo Eduardo Schimanski

Cargo: Auxiliar Administrativo

Lotação: Diretoria de Licitação e Compras – Decreto nº 276

Paulo Eduardo Schimanski
Auxiliar Administrativo
Matrícula 103.571



Câmara Municipal de Guaratuba

ANEXO II – MINUTA DE TERMO DE CONTRATO

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº **XX/XXXX**, QUE FAZEM ENTRE SI A CÂMARA MUNICIPAL DE GUARATUBA E A EMPRESA **XXXXXXX**.

Contrato que entre si celebram a CÂMARA MUNICIPAL DE GUARATUBA, representa pelo seu Presidente, Excelentíssimo Senhor. RICARDO DE BORBA, CPF nº XXX.814.749-XX, e a empresa **XXXXXXX** nos termos da Lei 14.133/2021 e legislação pertinente, pelos termos da proposta do Contratado e pelas cláusulas a seguir expressas, definidoras de direitos, obrigações e responsabilidades das partes na forma abaixo:

CONTRATANTE: CÂMARA MUNICIPAL DE GUARATUBA, pessoa jurídica de direito público, inscrito no CNPJ nº 78.177.771/0001-46, com sede à Rua Cel. Carlos Mafra, nº 494, Centro, neste ato devidamente representado pelo seu Presidente, em pleno exercício de seu mandato e funções, Ricardo de Borba.

CONTRATADA: **XXXXXXX** pessoa jurídica do direito privado, CNPJ **XX.XXX.XXX/XXXX-XX**, com sede à Rua **XXXXXXX**, nº **XX**, bairro **XXXXXXX**, **XXXXXXX** – **XX**, CEP **XX.XXX-XXX**, e-mail: **XXXXXXX@XXXX.XXX**, telefone: **XXXXXXX**, neste ato devidamente representada por seu representante legal **XXXXXXX**, cpf: **XXX.XXX.XXX-XX**, abaixo assinado e de acordo as cláusulas abaixo determinadas:

1. CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO (ART. 92, I E II DA LEI Nº 14.133, DE 2021)

1.1. O objeto do presente instrumento é a contratação de empresa especializada na prestação de serviço de cabeamento estruturado e criação de redes de computadores, com assistência técnica integral durante todo o prazo contratual, e com fornecimento de equipamentos, para atender as necessidades de tecnologia da informação da Câmara Municipal de Guaratuba, conforme estabelecido no Termo de Referência.

1.2. São anexos a este instrumento e vinculam esta contratação, independentemente de transcrição:

1.2.1. O Termo de Referência e seus anexos;

1.2.2. O Edital;

1.2.3. A proposta do Contratado; e

1.2.4. Eventuais anexos dos documentos supracitados.

1.3. A descrição resumida do objeto é a seguinte:

Item	Descrição	Quant.	Un. de medida	Valor Mensal (R\$)	Valor Anual (R\$)	Valor Trienal (R\$)
1	Cabeamento estruturado e criação de redes de computadores, com assistência técnica integral	36	Meses	R\$ 4.666,67	R\$ 56.000,04	R\$ 168.000,12



Câmara Municipal de Guaratuba

	durante todo o prazo contratual, e com fornecimento de equipamentos					
--	---	--	--	--	--	--

1.4. Descrição detalhada:

1.4.1. Estruturação e cabeamento integral de toda a rede interna de internet no edifício da Câmara Municipal de Guaratuba (piso térreo, 1º andar 2º andar), com o uso de cabo drop fibra ótica com certificado ANATEL (aproximadamente 2.000 metros de cabo).

1.4.1.1. Havendo a necessidade de aplicação de cabo de rede do tipo drop fibra ótica além da metragem estimada, o excedente, desde que não ultrapasse 25% (vinte por cento) do total, será suportado integralmente pela licitante, sem nenhum tipo de acréscimo no valor do certame ou contrato.

1.4.1.2. A remoção do cabeamento antigo, onde for necessário para a passagem do cabeamento novo, constitui parte do serviço a ser realizado e é ônus integral do Contratado.

1.4.2. Após estruturação e cabeamento integral, a instalação de conectores ACP ou outros equivalentes em até 144 pontos para a conexão de equipamentos (computadores, notebooks, impressoras, telefones, câmeras, entre outros), distribuídos em 30 salas e corredores, nos pavimentos térreo, 1º andar e 2º andar.

1.4.3. Cessão de todo o equipamento necessário (modens, hubs, switches, roteadores 10/100/1000 Mbps - 48 portas, racks, entre outros) para o bom, pleno e perfeito funcionamento de toda a rede interna de computadores, celulares, notebooks, câmeras, telefones, entre outros aparelhos eletrônicos.

1.4.4. Aplicação, instalação e configuração de 30 pontos de acesso (modens e/ou roteadores e/ou hubs, sendo um em cada sala, setor ou gabinete, com a instalação complementar de internet via cabo ou wi-fi em todos os equipamentos eletrônicos do ambiente) dual-band (2.4GHz e 5.0 GHz), com capacidade Wi-Fi 6, compatível com internet de velocidade de até 1200Mbps na banda de 5.0GHz e 300Mbps na banda de 2.4 GHz, com certificação ANATEL, para viabilizar a conexão de aparelhos Wi-Fi.

1.4.5. Aplicação, instalação e configuração, na área do plenário, de 1 ponto de acesso Acess Point 6 Intelbras, roteador dual-band (2.4GHz e 5.0 GHz), para conexão de até 300 usuários simultâneos, com certificação ANATEL.

1.4.6. Instalação de calhas internas de PVC em todas as salas e corredores, onde houver necessidade, para passagem e bom acondicionamento dos cabos de rede.

1.4.7. Após a conclusão do serviço inicial de cabeamento estruturado, instalação dos equipamentos e configuração das redes, a fornecedora deverá, sempre que solicitado pela Contratante, prestar suporte técnico remoto e/ou presencial para soluções de

problemas ou situações relacionadas à rede de internet durante todo o período contratual, de segunda-feira a sexta-feira, das 08:00h às 18:00h, com resposta em até 30 (trinta) minutos em caso de chamada remota e de até 3 (três) horas caso haja a necessidade de comparecimento de técnico no local, para:

1.4.10.1. Realizar o reparo, instalação, remoção, substituição ou mudança de local de cabo(s) de rede, ponteiros e/ou ponto(s) de acesso à rede, para adequar a rede à disposição física aparelhos dos nas salas e corredores.

1.4.10.2. Realizar a configuração ou reconfiguração de equipamento(s) (computadores, notebooks, smartphones, câmeras, impressoras, scanners, telefones, câmeras, entre outros) na respectiva(s) rede(s) em caso de perda suas configurações e da capacidade de se conectar(em) à internet.

1.4.10.3. Realizar a inserção e a configuração na respectiva(s) rede(s) de novos equipamentos (computadores, notebooks, smartphones, câmeras, impressoras, scanners, telefones, câmeras, entre outros) que venham a ser adquiridos pela Contratante.

1.4.10.4. Realizar outros serviços técnicos não descritos anteriormente, desde que guardem relação com o serviço prestado de estruturação da(s) rede(s), configuração de equipamentos na rede e/ou conexão com a internet.

1.4.10.5. Auxiliar, de forma remota ou presencial, na solução de dúvidas ou dificuldades técnicas relacionadas conexão na(s) rede(s) ou à internet enfrentadas por servidores, vereadores ou assessores no desempenho de suas atividades laborais.

1.4.9. A contratante é responsável pela manutenção, conservação do bom funcionamento, atualização e substituição dos equipamentos cedidos ao Órgão, tais como cabos de rede, conectores, roteadores, access point(s), swiths, hubs, modems, calhas, racks, entre outros, para garantir o bom, pleno e integral funcionamento da rede.

1.4.9.1. Identificada e informada a necessidade de substituição de equipamento(s) por falha, mau funcionamento ou qualquer outra circunstância que o torne inoperante, total ou parcialmente, a fornecedora terá o prazo de 48 (quarenta e oito) horas para substituir o equipamento defeituoso por outro de igual característica e especificações, bem como realizar a sua instalação e reconfiguração das redes afetadas.

1.4.9.2. Caso a falha ou mau funcionamento do equipamento interfira na realização e na transmissão da sessão plenária, a providência de substituição e regularização do funcionamento da rede deverá ser imediata.

1.4.12. Ao final do contrato, todo o cabeamento de rede do tipo drop fibra ótica e as ponteiros ACP ou equivalentes, bem como as calhas de PVC utilizadas, serão permanentemente cedidos pelo fornecedor à Contratante, que os integrará ao seu patrimônio permanente.



Câmara Municipal de Guaratuba

1.4.13. Todos os equipamentos objetos de cessão pelo fornecedor deverão ser adequados à tensão 110v.

1.4.13.1. A Contratante fornecerá as condições técnicas necessárias para que os aparelhos sejam conectados à fonte de energia (tomada).

1.4.13.2. Havendo a necessidade de instalação de filtro(s) de linha, nobreak(s), estabilizador(es), transformador(es) de voltagem, ou quaisquer outros aparelhos dessa natureza que sejam recomendados ou indispensáveis para o bom funcionamento dos equipamentos cedidos, estes deverão ser providenciados pelo fornecedor, sem ônus para a Contratante.

1.5. Todo o serviço prestado e equipamentos cedidos serão objeto de garantia integral por parte do fornecedor durante a vigência contratual.

1.6. A empresa Contratada deverá, obrigatoriamente, prover a identificação com uniforme e crachá do(s) funcionário(s) que realizarão os serviços e assistência nas dependências da Contratante.

1.7. Caso haja divergência entre as especificações contidas neste anexo e as que constam no CATMAT – Código do Material do Sistema Portal de Compras Federal, prevalecerão as indicadas no Termo de Referência.

1.8. O objeto desta contratação não se enquadra como sendo de bem de luxo, conforme Decreto Federal nº 10.818, de 27 de setembro de 2021.

2. CLÁUSULA SEGUNDA – DA VIGÊNCIA, PRORROGAÇÃO E ADITIVAÇÃO

2.1. A contratação terá **vigência inicial de 36 (trinta e seis) meses**.

2.2. Havendo interesse público e necessidade por parte da Contratante o presente Contrato poderá ser objeto de aditivo contratual, respeitadas condições centrais e nucleares do objeto contratado.

2.3. Havendo interesse público e necessidade por parte da Contratante o prazo de vigência do presente Contrato poderá ser objeto de prorrogação, mediante termo escrito.

2.3.1. A(s) prorrogação(ões) contratual(ais) não poderão ultrapassar o limite de 120 (cento e vinte) meses, em atenção ao disposto no artigo 108 da Lei nº 14.133/21.

3. CLÁUSULA TERCEIRA – DO MODELO DE EXECUÇÃO E GESTÃO (ART. 92, IV E VII DA LEI Nº 14.133, DE 2021)

3.1. Os termos em relação ao regime de execução contratual, do modelo de gestão, assim como os prazos e condições de conclusão, da entrega e do recebimento dos serviços constam no Termo de Referência.

4. CLÁUSULA QUARTA – DA SUBCONTRATAÇÃO

4.1. Não será admitida a subcontratação do objeto contratual, conforme estabelecido no Termo de Referência.

5. CLÁUSULA QUINTA – DO VALOR E DA FORMA DE PAGAMENTO (ART. 92, V E VI DA LEI Nº 14.133, DE 2021)

5.1. Do valor:



Câmara Municipal de Guaratuba

5.1.1. O valor total da contratação é de R\$ **XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX**
(XXXXXXXXXXXXX).

5.1.2. No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive em relação ao fornecimento de mão de obra, todos os materiais necessários e cedidos e assistência técnica integral durante o período contratual, bem como tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de Câmara Municipal, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

5.2. Da forma de pagamento:

5.2.1. O **pagamento pelo serviço ocorrerá mensalmente**, desde que o serviço seja devidamente aprovado pela Contratante.

5.2.2. Todas as atividades executadas pela Contratada serão comprovadas por meio de relatório, contendo o horário de início e término das atividades, bem como a assinatura dos responsáveis pelo serviço.

5.2.3. O pagamento será realizado através de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pela Contratada.

5.2.3.1. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

5.3. Do prazo de pagamento:

5.3.1. A liquidação da despesa será efetuada no prazo de até 10 (dez) dias úteis, contados do recebimento da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente pela Câmara Municipal.

5.3.2. O pagamento será efetuado no prazo de até 15 (quinze) dias úteis, contados da liquidação de despesa.

5.3.3. Considera-se ocorrido o recebimento da Nota Fiscal quando a Contratante atestar a execução do objeto do contrato.

5.3.4. No caso de atraso pela Contratante, os valores devidos à Contratada serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) de correção monetária.

5.4. Das condições de pagamento:

5.4.1. A emissão da Nota Fiscal será precedida do recebimento definitivo do objeto da contratação, conforme disposto neste instrumento e no Termo de Referência.

5.4.2. Quando houver glosa parcial do objeto, a Contratante deverá comunicar à Contratada para que emita a Nota Fiscal com o valor exato dimensionado.

5.4.3. O setor competente para proceder o pagamento deve verificar se a Nota Fiscal apresentada expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

I. o prazo de validade;

II. a data da emissão;

III. os dados do contrato e da Contratante;



Câmara Municipal de Guaratuba

IV. o período respectivo de execução do contrato;

V. o valor a pagar; e

VI. eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

5.4.4. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, o pagamento ficará sobrestado até que a Contratada providencie as medidas saneadoras. Nessa hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a Contratante;

5.4.5. A Nota Fiscal deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores (SICAF) ou, na impossibilidade de acesso ao referido sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133, de 2021.

5.4.6. Previamente à emissão de nota de empenho e a cada pagamento, a Câmara Municipal deverá realizar consulta ao SICAF para:

I. Verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no Aviso de Contratação Direta;

II. Identificar possível razão que impeça a participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade; proibição de contratar com o Poder Público, bem como a existência de ocorrências impeditivas indiretas.

5.4.6.1 A eventual perda das condições das alíneas “a” e “b” não enseja, por si, retenção de pagamento pela Câmara Municipal (§1º do art. 8º da IN nº 77, de 2021).

5.4.7. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade da Contratada, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério da Contratante.

5.4.8. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, a Contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência da Contratada, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

5.4.9. Persistindo a irregularidade, a Contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada à Contratada a ampla defesa.

5.4.10. No caso de insuficiência de recursos financeiros disponíveis para quitação integral da obrigação, poderá haver pagamento parcial do crédito, permanecendo o saldo remanescente na mesma posição da ordem cronológica (§ 6º do art. 7º da IN nº 77, de 2021).

5.4.11. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do



Câmara Municipal de Guaratuba

contrato, caso a Contratada não regularize sua situação junto ao SICAF.

5.4.12. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

5.4.12.1. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

5.4.13. A Contratada regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

6. CLÁUSULA SEXTA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE (ART. 92, X, XI E XIV DA LEI Nº 14.133, DE 2021)

6.1. Gerir, acompanhar e fiscalizar os serviços prestados, devendo verificar se o executado condiz ao que foi contratado sob os aspectos quantitativos e qualitativos, comunicando à contratada toda e qualquer ocorrência em desacordo ao Termo de Referência e Contrato;

6.2. Solicitar o imediato afastamento de funcionário, supervisor e preposto que porventura demonstre ter atitudes inconvenientes ou incompatíveis com o exercício de suas funções;

6.3. Não permitir a execução de serviços em desacordo com as preestabelecidas em Contrato ou Termo de Referência;

6.4. Solicitar análise de aplicação de sanção, caso haja o descumprimento de alguma cláusula prevista no Termo de Referência e/ou Contrato;

6.5. Atestar nota fiscal, conferindo valores e informações pertinentes.

6.6. Aplicar as sanções e aberturas de processos administrativos quando se fizerem necessários.

6.7. Reunir-se com a Contratada sempre que necessário, a fim de prestar os esclarecimentos necessários à adequada prestação do serviço.

6.8. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela Contratada, de acordo com o Termo de Referência, Contrato e anexos.

6.9. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;

6.10. Notificar a Contratada, por escrito, sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas no objeto fornecido, para que seja por ele substituído, reparado ou corrigido, no total ou em parte, às suas expensas;

6.11. Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pela Contratada;

6.12. Efetuar o pagamento à Contratada do valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no presente Contrato;



Câmara Municipal de Guaratuba

6.13. Cuidar para que nenhum pagamento seja efetuado à Contratada, enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que lhe seja imposta, em virtude de sanção ou inadimplência contratual, sem que isso gere direito a acréscimos de qualquer natureza.

6.14. Interromper ou paralisar os serviços que não estejam sendo realizados dentro dos padrões contratados

6.15. Aplicar à Contratada as sanções motivadas pela inexecução total ou parcial do Contrato;

6.16. Cientificar o setor jurídico da Câmara Municipal para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações pela Contratada;

6.17. Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste.

6.18. A Câmara Municipal não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela Contratada com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da Contratada, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

7. CLÁUSULA SÉTIMA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA (ART. 92, XIV, XVI E XVII DA LEI Nº 14.133, DE 2021)

7.1. A Contratada deve cumprir todas as obrigações constantes no Termo de Referência e neste contrato, assumindo exclusivamente como seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:

7.1. Cumprir a legislação e as normativas inerentes à execução do objeto e a sua atividade;

7.3. Cumprir os prazos e determinações para a execução do objeto;

7.4. Não transferir indevidamente a outrem, a execução do objeto e demais obrigações avençadas;

7.5. Reunir-se com os representantes da Câmara Municipal de Guaratuba, sempre que necessário, para receber as instruções necessárias à adequada prestação do serviço.

7.6. Prestar o serviço com rigor técnico, zelando pelos valores éticos a ela inerentes, pelo respeito à pessoa e à cultura dos surdos.

7.7. Realizar as atividades propostas com esmero e perfeição, conforme as disposições deste Contrato e do Termo de Referência.

7.8. Prestar esclarecimentos que forem solicitados pela Contratante em, no máximo, 48 horas úteis contadas da solicitação, devendo acusar recebimento em até 24 horas úteis. Em caso de impossibilidade de cumprimento do prazo de esclarecimentos, a empresa deverá justificar o prazo adicional que porventura seja necessário;

7.9. Em caso de constatação de vícios, defeitos ou incorreções decorrentes da execução do serviço ou dos materiais e equipamentos utilizados, a Contratada deverá reparar, corrigir, remover, reconstituir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto contratado;



Câmara Municipal de Guaratuba

7.10. Comunicar à Contratante qualquer anormalidade e prestar os esclarecimentos que julgar necessários, bem como comunicar prontamente a eventual impossibilidade de execução de qualquer obrigação contratual, visando a adoção das medidas cabíveis por parte da Contratante;

7.11. Contratar e treinar todo o pessoal necessário à execução do objeto.

7.12. Fornecer para seus empregados todos os uniformes, crachá de identificação e equipamentos necessários à execução do objeto, incluindo os de proteção individual e coletivo, devendo fiscalizar o uso e conservação dos mesmos;

7.13. Registrar e controlar a assiduidade dos funcionários, bem como as ocorrências observadas durante a execução do objeto;

7.14. Instruir os seus funcionários a cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança da Contratante;

7.15. Manter durante toda a execução do objeto, todas as condições de habilitação e qualificação da empresa;

7.16. Instruir seus funcionários quanto à necessidade de acatar as orientações da Contratante, inclusive quanto ao cumprimento das normas internas de segurança;

7.17. Responsabilizar-se por manter disciplina nos locais dos serviços;

7.18. Substituir, sempre que exigido pela Contratante, e independentemente de justificativa, qualquer funcionário, preposto e/ou supervisor cuja atuação, permanência e/ou comportamento sejam julgados prejudiciais, inconvenientes ou insatisfatórios à disciplina ou ao interesse da Câmara Municipal, sem que disso decorra qualquer ônus a Contratante;

7.19. Estar ciente de que é vedada a utilização das dependências da Câmara Municipal, pelos funcionários da Contratada para fins diversos do objeto da presente contratação;

7.20. Estar ciente de que são proibidos quaisquer atos de preconceito de raça, cor, sexo, orientação sexual ou estado civil na seleção dos funcionários;

7.21. Manter banco de dados atualizado dos funcionários que estejam desempenhando suas atividades nas instalações da Câmara Municipal, disponibilizando-o, sempre que formalmente solicitado;

7.22. Não contratar para atuar na execução do objeto funcionário pertencente ao quadro de pessoal da Câmara Municipal de Guaratuba, ou terceiro que já lhe preste serviços;

7.23. Não manter relação de emprego/trabalho, de forma direta ou indireta, com menor de 18 anos de idade em trabalho noturno, perigoso ou insalubre, nem menor de 16 anos de idade em qualquer trabalho;

7.23. Assumir todas as responsabilidades e tomar as medidas necessárias ao atendimento dos seus empregados, acidentados ou com mal súbito, por meio de seus supervisores;

7.24. Identificar todos os equipamentos e ferramentas de sua propriedade, de forma a não serem confundidos com similares de propriedade da Contratante;



Câmara Municipal de Guaratuba

7.25. Executar o objeto dentro dos parâmetros e rotinas previamente estabelecidas, em observância às recomendações aceitas pela boa técnica, pelas normas e pela legislação vigentes, responsabilizando-se integralmente pelos serviços prestados;

7.26. Efetuar a execução do objeto sem qualquer tipo de prejuízo ou transtorno as atividades regulares da Câmara Municipal, devendo o supervisor sempre estar fiscalizando a realização dos serviços;

7.27. A Contratada deverá se responsabilizar pelas situações decorrentes da execução dos serviços ou de ações de seus prepostos e funcionários, dentro das dependências da Câmara Municipal;

7.28. Responder integralmente pelos danos causados, direta ou indiretamente, ao patrimônio da Câmara Municipal ou a integridade física ou patrimonial de terceiros, em decorrência de ação ou omissão de seus funcionários. Na hipótese de comprovação de danos, a Contratada ficará obrigada a promover o ressarcimento no prazo de 30 (trinta) dias, mediante comprovação;

7.29. Zelar pelo sigilo inerente à execução do objeto e pela confidencialidade quanto aos dados e informações da Contratante a que eventualmente tenha acesso, empregando todos os meios necessários para tanto;

7.30. Não utilizar o nome e/ou logomarca da Câmara Municipal em qualquer tipo de divulgação da sua atividade, mesmo após o encerramento da execução do objeto;

7.31. Não se pronunciar, por qualquer meio, sobre quaisquer assuntos relativos às atividades da Câmara Municipal;

7.32. Instruir ao seu preposto, supervisor(es) e funcionários quanto à necessidade de acatar as orientações da Câmara Municipal, inclusive quanto ao cumprimento das normas internas e de segurança;

7.33. Observar que, quando houver a necessidade de serviços fora do horário previsto em contrato e/ou ocorrendo necessidade da duração do trabalho dos profissionais além do limite de horário informado, por motivo relevante, para atender à realização ou conclusão de serviços inadiáveis ou cuja inexecução possa acarretar prejuízo à Contratante, avisado com a devida antecedência;

7.34. A Contratada deve adotar práticas de gestão que garantam os direitos trabalhistas e o atendimento às normas internas e de segurança e medicina do trabalho para seus funcionários;

7.35. Promover o pagamento de seus empregados nas datas regulamentares, cumprir as obrigações trabalhistas e sociais mesmo que haja atraso no pagamento pelos serviços por parte da Contratante que seja decorrente de atraso na apresentação da fatura ou dos documentos exigidos pela Contratada;

7.36. É dever exclusivo de a Contratada assumir a defesa em reclamações judiciais, trabalhistas, extrajudiciais ou de qualquer natureza, bem como arcar com o ônus decorrente dos prejuízos e das ações judiciais que possam ocorrer em consequência da execução dos serviços contratados e que venham a ser arguido contra a Contratante, por terceiros.



Câmara Municipal de Guaratuba

7.37. Cabe EXCLUSIVAMENTE à Contratada toda a responsabilidade sob seus funcionários que venham a prestar serviços, sendo que recai, da mesma forma, exclusivamente a competência para responder por quaisquer ações porventura impetradas por seus empregados junto ao Poder Judiciário, eis que **NÃO HÁ QUALQUER VÍNCULO EMPREGATÍCIO ENTRE OS FUNCIONARIOS DA CONTRATADA E O CONTRATANTE.**

7.38. Assumir:

I. Todos os ônus com os encargos fiscais e comerciais, impostos, taxas e seguros, relativamente à execução do objeto, bem como a qualquer acidente de que venham a ser vítimas seus profissionais e/ou por aqueles causados por eles a terceiros, quando da execução do objeto;

II. Todos os encargos previdenciários e obrigações sociais previstos na legislação social e trabalhista em vigor, obrigando-se a saldá-los na época própria, vez que os seus empregados não manterão nenhum vínculo empregatício com a Contratante;

III. Todas as providências e obrigações estabelecidas na legislação específica de acidentes de trabalho, quando, em ocorrência da espécie forem vítimas os seus empregados no desempenho dos serviços ou em conexão com eles, ainda que acontecido em dependência da Câmara Municipal;

IV. Todos os encargos de eventual demanda trabalhista, cível ou penal, relacionada à execução do objeto, originariamente ou vinculadas por prevenção, conexão ou continência;

V. Todos os eventuais danos causados diretamente à Contratante, quando estes tiverem sido ocasionados, por seus empregados, preposto e/ou supervisores, durante a execução do objeto;

VI. Todas as despesas decorrentes da não observância das condições constantes do objeto, bem como de infrações praticadas por seus empregados, preposto e/ou supervisores, ainda que no recinto do Contratante;

VII. Todas as despesas diretas ou indiretas, tais como salário, transporte, alimentação, diárias, indenizações civis e quaisquer outras que forem devidas a seus empregados na execução do objeto, ficando a Contratante isenta de qualquer vínculo empregatício;

VIII. Objetivamente, inteira responsabilidade civil e administrativa pela execução do objeto na hipótese de qualquer dano ou prejuízo, pessoal ou material, causado voluntária ou involuntariamente por seus prepostos durante e/ou em consequência da execução do objeto contratado, providenciando, sem alteração do prazo estipulado, imediata reparação dos danos ou prejuízos impostos à Contratante e/ou a terceiros, inclusive despesas com custas judiciais e honorários advocatícios, se houver.

7.39. Responsabilizar-se em não divulgar qualquer item do serviço de que trata esta licitação sem autorização prévia da Contratante.

8. CLÁUSULA OITAVA – DA SEGURANÇA E MEDICINA DO TRABALHO

8.1. A Contratada deverá fornecer a todos os trabalhadores uniforme e equipamento de proteção individual – EPI adequados, cujas atividades os



Câmara Municipal de Guaratuba

exijam por normas de segurança em vigor, fiscalizando e exigindo que os mesmos cumpram as normas e procedimentos destinados à preservação de suas integridades físicas;

8.2. A Contratada deverá treinar e tornar obrigatório o uso de EPIs por seus funcionários;

8.3. O equipamento de proteção individual fornecido ao empregado deverá, obrigatoriamente, conter a identificação da Contratada;

8.4. A Contratada, em qualquer hipótese, não se eximirá da total responsabilidade quanto à negligência ou descumprimento da Lei nº 6.514 de 22/12/77 – Portaria nº 3.214, de 08/06/78, Normas Regulamentares – NRs 01 a 28 e, em especial, as NRs 04, 05, 06, 10, 18 e 35, na sua versão mais recente;

8.5. A Contratada não será eximida de qualquer responsabilidade quanto à segurança individual e coletiva de seus trabalhadores;

8.6. A Contratada deverá responder, em relação aos seus empregados, por todas as despesas decorrentes da execução do objeto, tais quais: salários, seguros de acidentes, taxas, impostos, contribuições, indenizações, distribuição de vale-refeição, vales-transportes e outras exigências fiscais, sociais ou trabalhistas;

8.7. A Contratada deve comprovar que a empresa não possui trabalhadores menores de 18 anos realizando trabalho noturno, perigoso ou insalubre e de qualquer trabalho a menores de 16 anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 anos, na forma da Lei.

9. CLÁUSULA NONA – DA GARANTIA DE EXECUÇÃO (ART. 92, XII E XIII DA LEI Nº 14.133, DE 2021)

9.1. Não haverá exigência de garantia contratual da execução.

10. CLÁUSULA DÉCIMA – DAS INFRAÇÕES E DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS (ART. 92, XIV DA LEI Nº 14.133, DE 2021)

10.1. Todas as especificações do objeto contidas no edital e na proposta enviada pelo licitante vinculam o contratado, na forma do artigo 92, II, da Lei 14.133/21.

10.2. Comete infração administrativa o licitante que praticar quaisquer das hipóteses previstas no art. 155 da Lei nº 14.133, de 2021, quais sejam:

- I. Der causa à inexecução parcial do contrato;
- II. Der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Câmara Municipal ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- III. Der causa à inexecução total do contrato;
- IV. Deixar de entregar a documentação exigida para o certame;
- V. Não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;
- VI. Não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
- VII. Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;



Câmara Municipal de Guaratuba

VIII. Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante o pregão eletrônico ou execução do contrato;

IX. Fraudar a contratação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;

X. Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

XI. Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

XII. Omitir-se injustificadamente gerando potencial retardamento na execução ou entrega do objeto, a fornecer as informações solicitadas pela Administração Pública dentro de 24 (vinte e quatro) horas, ou outro prazo legal, no que couber, ou, ainda, outro prazo acordado pelas partes, a contar da ciência, preferencialmente via e-mail com marcação de “entrega” e “leitura” confirmadas ou outra forma de contato com comprovante de recebimento.

XIII. O Contratante é responsável por manter atualizados seu endereço físico, eletrônico e demais meios de contato.

XIV. Deixar de prestar a devida assistência diante das garantias legais e/ou contratualmente estabelecidas quanto aos fatos ou vícios do produto.

10.3. Serão aplicadas ao responsável pelas infrações administrativas acima descritas as seguintes sanções:

10.3.1. Advertência, quando a Contratada der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

10.3.2. Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nos itens II, III, IV, V, VI e VII, da Cláusula Nona, subitem 10.2., sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

10.3.3. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, que impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Câmara Municipal Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos, nos casos dos itens VIII, IX, X e XI, da Cláusula Nona, subitem 10.2., bem como nos demais casos que justifiquem a imposição da penalidade mais grave.

10.3.4. Multa:

10.3.4.1. Moratória de 0,5% (meio por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 15 (quinze) dias;

10.3.4.2. Compensatória de 15% (quinze por cento) sobre o valor total do contrato, no caso de inexecução total do objeto;

10.4. A aplicação das sanções previstas neste Contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à Contratante (§9º do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021).

10.5. Todas as sanções previstas neste Contrato poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa (§7º do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021).



Câmara Municipal de Guaratuba

10.5.1. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação (art. 157 da Lei nº 14.133, de 2021);

10.5.2. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pela Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente (§8º do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021);

10.5.3. Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 5 (cinco) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

10.6. Todas as sanções previstas neste Contrato poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa (§ 7º do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021).

10.7. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa da Contratada, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

10.8. Na aplicação das sanções serão considerados (§1º do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021):

10.8.1. A natureza e a gravidade da infração cometida;

10.8.2. As peculiaridades do caso concreto;

10.8.3. As circunstâncias agravantes ou atenuantes;

10.8.4. Os danos que dela provierem para a Contratante;

10.8.5. Implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

10.9. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Câmara Municipal Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei (art. 159 da Lei nº 14.133, de 2021);

10.10. A personalidade jurídica da Contratada poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de Câmara Municipal, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com a Contratada, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia (art. 160 da Lei nº 14.133, de 2021);

10.11. A Contratante deverá, no prazo máximo 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEID) e no



Câmara Municipal de Guaratuba

Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal (art. 161 da Lei nº 14.133, de 2021).

10.12. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133, de 2021.

11. CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA EXTINÇÃO CONTRATUAL (ART. 92, XIX DA LEI Nº 14.133, DE 2021)

11.1. O contrato se extingue após findado o prazo estabelecido, caso não seja objeto de prorrogação.

11.2. Se as obrigações não forem cumpridas no prazo estipulado, a vigência poderá ser prorrogada até a conclusão do objeto, mediante termo aditivo, caso em que deverá a Câmara Municipal providenciar a readequação do cronograma fixado para o contrato.

11.3. Quando a não conclusão do contrato referida no item anterior decorrer de culpa da Contratada, exceto nas hipóteses de caso fortuito ou força maior:

11.3.1. Ficará a Contratada constituído em mora, sendo-lhe aplicáveis as respectivas sanções administrativas; e

11.3.2. Poderá a Câmara Municipal optar pela extinção do contrato e, nesse caso, adotará as medidas admitidas em lei para a continuidade da execução contratual.

11.4. O contrato pode ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no artigo 137 da Lei nº 14.133, de 2021, bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

11.4.1. Nesta hipótese, aplicam-se também os artigos 138 e 139 da Lei nº 14.133, de 2021.

11.4.2. A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a rescisão se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.

11.4.2.1. Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica Contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.

11.5. O termo de rescisão, sempre que possível, será precedido:

11.5.1. Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

11.5.2. Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

11.5.3. Indenizações e multas.

11.6. A extinção do Contrato não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório (caput do art. 131 da Lei n.º 14.133, de 2021).

12. CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA (ART. 92, VIII DA LEI Nº 14.133, DE 2021)



Câmara Municipal de Guaratuba

12.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral da União deste exercício, na dotação abaixo discriminada:

FONTE DE RECURSOS:

80.001.01.031.0001.2.001

MANUTENÇÃO DE ATIVIDADES DO LEGISLATIVO

80.001.01.031.0001.2.001.3.3.90.39.00.00

OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS – PESSOA JURÍDICA

13. CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DOS CASOS OMISSOS (ART. 92, III DA LEI Nº 14.133, DE 2021)

13.1. Os casos omissos serão decididos pela Contratante, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133, de 2021, e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990, Código de Defesa do Consumidor, e normas e princípios gerais dos contratos.

14. CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DAS ALTERAÇÕES

14.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos artigos 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.

14.2. A Contratada é obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato, na forma do art. 125 da Lei nº 14.133, de 2021.

14.3. Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021.

15. CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DA PUBLICAÇÃO

15.1. Incumbirá à Contratante providenciar a publicação deste instrumento nos termos e condições previstas na Lei nº 14.133, de 2021, bem como disponibilizar este Contrato no sítio oficial do Poder Legislativo Municipal na rede mundial de computadores (internet).

16. CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DA PROTEÇÃO DE DADOS

15.1. A Contratada autoriza a Contratante a disponibilizar na íntegra todas as informações decorrentes da presente contratação em site oficial deste Órgão, bem como em bancos de dados do Tribunal de Contas do Estado do Paraná e em outros sítios eletrônicos que se fizer necessária a publicação, para fins de assegurar a eficácia do ato administrativo e o controle dos órgãos fiscalizadores externos.

17. CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – DO FORO (ART. 92, §1º DA LEI Nº 14.133, DE 2021)

17.1. É eleito o Foro da Comarca de Guaratuba para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato que não possam ser compostos pela conciliação, conforme § 1º do art. 92 da Lei nº 14.133, de 2021.



Câmara Municipal de Guaratuba

Guaratuba, **xx** de **xx** de 2026.

Vereador Ricardo de Borba
Presidente
Câmara Municipal de Guaratuba

(NOME DO REPRESENTANTE LEGAL)

CPF: **xxx.xxx.xxx-xx**

(NOME DA EMPRESA)

1. GESTOR DO CONTRATO:
Nome: Diego Rene Dalla Libera
Cargo: Diretor Geral – Ato nº 31/2025 – Portaria nº 557/2025
2. FISCAL DE CONTRATO:
Nome: Luis Fabiano Ribas
Cargo: Fiscal de Contratos – Portaria nº 557/2025
3. FISCAL DE CONTRATO:
Nome: Maiko Francisco Valim
Cargo: Fiscal de Contratos – Portaria nº 557/2025